

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EVELYANNE NATHALY CAVALCANTI DE ARAÚJO SILVA

**APERFEIÇOAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO
(1937-1945): Os Cursos de Formações Complementares**

João Pessoa-PB
Setembro de 2013

EVELYANNE NATHALY CAVALCANTI DE ARAÚJO SILVA

**APERFEIÇOAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO
(1937-1945): Os Cursos de Formações Complementares**

Monografia apresentada ao Departamento de Habilitações Pedagógicas, do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, com habilitação em Orientação e Supervisão Escolar, na disciplina de Estágio Supervisionado em Orientação e Supervisão Escolar, sob a responsabilidade do professor Dr. Fábio do Nascimento Fonseca.

Área de Aprofundamento: Orientação e Supervisão Escolar

Orientador: Prof^o D^r Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

EVELYANNE NATHALY CAVALCANTI DE ARAÚJO SILVA

**APERFEIÇOAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO
(1937-1945): Os Cursos de Formações Complementares**

Monografia aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (Orientador)	Nota
Profª Drª Rose Mary de Souza Araújo (Examinadora Externa)	Nota
Profº. Dr. Fábio do Nascimento Fonseca (Professor de Estágio Supervisionado em Orientação e Supervisão Escolar)	Nota

DEDICATÓRIA

In Memoriam:

De minha avó paterna,
Rosinete de Araújo Silva.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, em especial a minha amada e querida mãe, Celymar Cavalcanti de Araújo Silva que sempre me apoiou e me entendeu nos momentos mais difíceis ao longo do curso e ao meu querido e companheiro, meu pai Francisco Everaldo de Araújo Silva, que sempre foi e sempre será o meu braço forte. Agradeço também ao meu irmão Everlan Charlye Cavalcanti, que por tantas vezes me ajudou de várias maneiras, auxiliando-me no decorrer desses longos anos.

Aos amigos e amigas do Curso de Pedagogia que estiveram sempre ao meu lado, seja no início do mesmo ou no decorrer, amigos que levarei para sempre na memória e com muito carinho, minha amiga Gioconda, Keilla, Cris, Juliana Augusta, Cleide e Luismar, amigos queridos que foram companheiros durante o primeiro período e alguns permaneceram durante toda a minha trajetória na Pedagogia e espero que assim prossigamos. As minhas queridas amigas e meus queridos amigos do turno da noite que tanto tenho carinho e que passamos por momentos de discussões, crescimentos, alegrias e tristezas. As minhas amigas Anne Heleny, Joseanne, Nilane, Edilene, Alexandra, Juliana, Renata Maria e, especialmente, a minha amiga, amada e querida mãe Celymar Cavalcanti, que estudamos desde o segundo período juntas e que prazer imenso de ter compartilhado todos esses momentos com você. A Jean, Paulo e Cleudo, amigos queridos que sempre estiveram presentes durante toda essa longa caminhada, parceiros de lutas e conquistas. Vocês moram no meu coração, todo o agradecimento por vocês existirem em minha vida, alguns irão ficar apenas nas minhas lembranças, outros tenho a plena certeza que a amizade percorrerá ainda longas datas.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR – PB, na Linha de Pesquisa História das Políticas Educacionais e Instituições Escolares que foram companheiros durante esses anos de participação no grupo, em especial, a Henny Tavares, minha interlocutora de PIBIC, no meu primeiro ano. Ao meu grande parceiro Luiz Mário Burity, amigo de pesquisa do PIBIC, no meu segundo e terceiro anos e as minhas queridas amigas Priscilla Leandro Pereira, Vânia Cristina Silva e Rosângela Chrystina Lima, parceiras de discussões e de companheirismo dentro do grupo de pesquisa;

Aos professores que contribuíram para a minha formação, em especial, as professoras Dr^a Fabíola Barrocas e a professora Dr^a Maria Elizete Guimarães Carvalho, professoras que, inicialmente, me auxiliaram no despertar para o gosto pelo campo da

pesquisa em História da Educação. A professora Dr^a Stella Gaspar, que com seu doce encantamento desperta nos seus alunos para a doçura de estudar a infância. A professora Dr^a Virgínia de Oliveira Silva, com quem eu tive a oportunidade de trabalhar junto durante o desenvolvimento de um Projeto, tão maravilhoso, intitulado: Educação Legal, vinculado ao PROLICEN, me fazendo crescer academicamente de forma intensa. Ao professor Ms. Romero Antonio, que tanto me fez refletir sobre as políticas públicas brasileiras. Ao professor Ms. Luciano Sousa Silva, que me auxiliou a pensar a educação popular e os movimentos sociais, auxiliando na minha formação. A professora Dr^a Laura Maria de Brito, que maravilhosamente me fez refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos, com uma delicadeza e compromisso. A professora Dr^a Fabiana Sena que me encantou com sua doçura ao tratar dos contos de fadas, nos fazendo refletir e compreender esse universo infantil. A professora Isolda Ayres e a professora Lúcia Nunes que tanto contribuíram para a minha formação ao pensar, olhar e refletir sobre os estágios curriculares obrigatórios do curso. As professoras Dr^a Eliane Ferraz e Dr^a Glória Escarião que frente ao Projeto de Apoio Pedagógico, auxiliaram imensamente na minha formação enquanto professora. Ao professor Dr^o Fábio do Nascimento Fonseca que com seu tamanho conhecimento sobre a área de Orientação e Supervisão Escolar, auxiliou demasiadamente a compreensão da extensão dessa área tão importante da Pedagogia. E aos professores Dr. Severino Bezerra e a professora Dr^a Vilma de Lourdes Barbosa que com seus conhecimentos históricos me fizeram adentrar tão profundamente nas discussões acerca do ensino de história e geografia completando de forma especial a minha formação pedagógica.

Ao meu orientador o professor Dr^o Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, por primeiramente ter me convidado para participar do PIBIC, me proporcionando tamanho crescimento acadêmico durante esses três anos, por sempre ser compreensivo e correto nas suas atitudes e pela sua atenção, especialmente aos alunos da graduação, é muito gratificante para nós graduandos saber que existem professores preocupados com a formação inicial, e não apenas com a pós-graduação.

Aos funcionários do CE que sempre nos ajudaram em quase tudo que precisamos e em especial, aos funcionários da Coordenação de Pedagogia do turno da noite, Yves Bernard e Maria do Carmo (Carminha). A funcionária do DME, do turno da noite, Marisa, por sempre me auxiliar no que foi preciso, a chefe do DME, a professora Suelídia Maria Calaça que sempre se prontificou, carinhosamente, a resolver todos os problemas de ordem administrativos e burocráticos, referentes ao Curso. A funcionária

do Laboratório de Estágio – O LAES, Bárbara, por ter sempre a maior disponibilidade em nos ajudar no que foi preciso, durante todos esses anos vividos no Centro de Educação. Aos funcionários Marcelo e Claudemir por sempre também terem sido prestativos e compreensivos, durante todos esses anos.

Ao meu noivo Vicente de Luna Freire Filho, que sempre me deu toda força necessária, em todos os momentos, mesmo quando eu estive extremamente ausente, por estar tomada pelos afazeres acadêmicos, a força e o amor por mim foi maior, me auxiliando, sendo meu companheiro e me compreendendo, durante todos esses anos, em que estive tão voltada para a UFPB.

- Amor, muito obrigada por tudo, sempre!

E a todos os que torceram e torcem por mim, muito obrigada!!

RESUMO

Esta monografia é fruto das inquietações surgidas durante o andamento do Projeto de Pesquisa intitulado: “Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais espaço para difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)” financiado, parcialmente, pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq/UFPB. A pesquisa foi realizada no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC, mais especificamente consultando as notícias publicadas no *Jornal A União*. Tem como objetivo principal este estudo, discutir acerca da qualificação e aperfeiçoamento do professorado primário paraibano, durante o período do Estado Novo, porém observando também como o próprio ensino primário estava estruturado, pensado e articulado, tanto nacionalmente, quanto localmente. Realizamos a análise sobre o nosso objeto de pesquisa, procurando manter um diálogo das fontes coletadas com a leitura crítica da produção historiográfica referente ao período aqui em estudo. A reflexão fundamentou-se no referencial teórico propugnado por Hobsbawm (1998), que nos aponta sobre “*permanências e mudanças*” que ocorrem durante todo o período histórico, seja no âmbito local e/ou nacional e por Thompson (2001), que nos auxilia com suas contribuições teóricas referentes as “*peculiaridades políticas e culturais*”. Buscamos perceber “*permanências e mudanças*” referentes a tal ensino e a formação de professores que atendiam, principalmente ao público infantil, bem como procuramos perceber as “*peculiaridades políticas e culturais*” que a Paraíba apresentou durante o período estudado.

Palavras-chave: Ensino Primário. Qualificação de professores. Estado Novo.

ABSTRACT

This monograph is the result of concerns raised during the course of the research project entitled: "Schooling for morality, civility and nationalism: school groups and rural schools room to spread ideals estadonovistas (1937-1945)" funded, in part, by National Research Council - CNPq / UFPB. The research was conducted at the Historical Archive Waldemar Bishop Duarte, linked to the Cultural Foundation - FUNESC, specifically referring to the news published in The Union Newspaper. The main objective of this study, discuss about the improvement of the teaching qualification and primary Paraíba, during New State period, but also observing as its primary education was structured, thought out and articulated, both nationally and locally. We performed the analysis on our research object, trying to maintain a dialogue with the sources collected critical reading of the historical production for the period under study here. The consideration was based on the theory advocated by Hobsbawm (1998), who points us about "continuity and change" that occur throughout the historical period, either at the local and / or national and Thompson (2001), which helps us with his theoretical contributions concerning the "political and cultural peculiarities." We seek to understand "continuity and change" with respect to such education and training of teachers who attended, particularly to children, and try to understand the "political and cultural peculiarities" that Paraíba presented during the study period.

Keywords: Primary . Qualification of Teachers. New State.

LISTA DE IMAGENS (FIGURAS, FOTOS)

Figura 1 - Grupo Escolar José Leite, em Conceição	27
Figura 2 – Grupo Escolar D. Vital, em Misericórdia	27
Figura 3 – Grupo Escolar Adhemar Leite, em Piancó	28
Figura 4 – Vista posterior do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, na Capital	28
Figura 5 – Grupo Escolar Celso Cirne, em Moreno	29
Figura 6 – 1º Grupo Escolar José Tavares, em Queimadas; 2º Grupo Escolar Adhemar Leite, em Piancó	30
Figura 7 – Grupo Escolar Epitácio Pessoa (capital) totalmente remodelado no atual govêrno	30
Figura 8 – Vista do Grupo Escolar de Cabedêlo, em construção	31
Figura 9 - Desfile em comemoração ao sétimo aniversário de implantação do Estado Novo.....	33
Figura 10 – Início dos serviços de higiene escolar na Escola de Aplicação, que estabeleceu os registro sanitário de todos os alunos primários desta capital	45
Figura 11 – A hora da sôpa no Grupo Escolar Antonio Pessoa.....	48
Figura 12 – Alunas do curso de Educadoras Sanitárias, após a aula inaugural	51

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE IMAGENS (FIGURAS, FOTOS)	10
 CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO UM PERCURSO DE PESQUISA	12
1.1 – A origem do objeto, da problemática e os objetivos de pesquisa	12
1.2 - Algumas inferências teóricas, as fontes, o apoio bibliográfico e a metodologia de trabalho	14
 CAPÍTULO 2 – ENSINANDO OS PRINCÍPIOS DA CIVILIDADE, DO NACIONALISMO, DO PATRIOTISMO E DA MORALIDADE: a educação primária	19
2.1 – E educação primária no cenário nacional e na Paraíba: despertar nas crianças um <i>sentimento patriótico</i>	19
2.3 – Os grupos escolares paraibanos: espaços em excelência para a implementação de um ensino cívico, patriótico e moral	25
 CAPÍTULO 3 - OS CURSOS DE FORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Aperfeiçoamentos didático-pedagógicos, monitoria de educação física e a educação sanitária	35
3.1 – O Curso de Aperfeiçoamento do Professorado Primário da capital paraibana: aperfeiçoamento didático-pedagógico	35
3.2 – O Curso de Emergência de Monitores de Educação Física: cuidar do corpo das crianças	39
3.3 – O Curso de Educadoras Sanitárias: da higiene pessoal e ambiental à merenda escolar	43
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
 REFERÊNCIAS	54

CAPÍTULO 1

CONSTRUINDO UM PERCURSO DE PESQUISA

1.1 – A origem do objeto, da problemática e os objetivos de pesquisa

O nosso interesse por pesquisar questões relacionadas aos cursos de aperfeiçoamento e qualificação de professores primários, bem como o interesse pelo ensino primário e as políticas educacionais voltadas para esse nível de ensino, surgiram no contexto de nossa participação no Projeto de Iniciação Científica intitulado: “Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais espaço para difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)”, parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq/UFPB¹. Assim, as inquietações relacionadas ao ensino primário, no período acima mencionado, ocorreram mediante a grande quantidade de notícias encontradas no *Jornal A União*, referentes a esse nível de ensino. Nesse sentido, o campo da história da educação, considerada como parte dos fundamentos da educação, nos auxilia a compreendermos o processo educacional nas suas mais diversas *peculiaridades*, além de apontar para que as *experiências* passadas nos sirvam de substrato para a construção de uma educação comprometida com o bem estar social na sua perspectiva mais ampla.

Associado a estas inquietações mais pessoais, podemos, também, perceber que pesquisar sobre a história da educação tanto nacional, quanto paraibana se apresenta muito necessária, uma vez que nos possibilita compreendermos o caminho que a mesma percorreu até chegar aos dias atuais. Para tanto, o papel que as instituições escolares e suas práticas educativas tiveram no preparo dos cidadãos, desde a infância, no âmbito do ensino primário, até a juventude, no ensino secundário, acabaram por ter uma influência para a vida econômica e social dos brasileiros e, especialmente, paraibanos, ainda configura-se como algo que precisa ser melhor conhecido pelos pedagogos, e especialmente pelos historiadores da educação. Nesse sentido, refletir sobre a formação e qualificação dos professores primários, bem como sobre o ensino primário em si, no período do Estado Novo, na Paraíba, se mostra de fundamental importância. Essa importância se dá ao considerarmos, ainda, a sua relação com a própria formação da

¹ Projeto coordenado pelo Professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro que é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

infância, em torno de um ensino que buscava desde cedo inculcar os conceitos morais, cívicos e patrióticos, ou melhor, despertar nelas o *sentimento patriótico*. Assim, como é sabido, a efetivação desse projeto político e educacional era realizado pelos professores, no seu cotidiano escolar, tendo, inclusive como principais protagonistas as mulheres. Contudo, para compreendemos esse movimento mais particular da história foi necessário nos debruçarmos sobre outros aspectos relativos à própria vigência do Estado Novo (1937-1945), especialmente a partir das experiências mais abrangentes acerca das políticas sociais e econômicas ocorridas na Paraíba.

No período que estamos nos propondo a estudar tinha-se um projeto sócio-político-cultural e educacional de Governo que pensava atingir o mais rapidamente possível toda a população brasileira, com seus princípios filosóficos matizados pelo nacionalismo patriótico. Assim, o ensino primário passou a ser considerado basilar para a construção de uma identidade brasileira, bem como paraibana. Nesse sentido, refletir sobre o ensino primário no período do Estado Novo se apresenta de fundamental importância, para analisarmos a dinâmica que foi desenvolvida no sentido de qualificar o professorado primário paraibano, associado a um projeto de nação pelo qual esses profissionais deveriam contribuir para a sua efetivação.

Adotando esse procedimento metodológico, compreendemos estar contribuindo com o processo de melhor entendimento acerca da atual organização e estruturação dos cursos de formações de professores, especialmente os de pedagogia no Brasil e as suas possíveis relações com o da UFPB, tomando como referência algumas *experiências* que foram desenvolvidas no contexto das políticas educacionais (projetos de Governos) que foram implementadas no passado não muito distante.

Dessa forma, é de nosso interesse compreendermos como foi pensada a montagem de um possível sistema educacional no sentido de contribuir no processo de desenvolvimento nacional, pensando-se não apenas no comportamento dos agentes educacionais voltados para um nacionalismo e patriotismo mas, também perceber como algumas práticas educativas foram aplicadas no interior e no exterior das instituições escolares.

Assim, a partir da delimitação do nosso objeto, propusemos os seguintes objetivos para a realização deste estudo: Compreender de que forma os cursos de aperfeiçoamento e de qualificação destinados ao professorado primário, contribuíram para o processo de consolidação das reformas educacionais paraibanas no período do Estado Novo; Analisar como a educação primária tanto nacional, quanto localmente no período

estadonovista, serviu como instrumento para difusão dos princípios de civilidade, do nacionalismo, do patriotismo e da moralidade desde a infância; Discutir acerca da maneira pela qual o Curso de Aperfeiçoamento para professores primários na Paraíba, esteve preocupado em direcionar a qualificação desses professores, em sua grande maioria, mulheres, para instruírem as crianças, tendo como alicerce os princípios filosóficos adotados pelo Estado Novo; Explicitar como se configurou, a quem foi destinado o Curso de Emergência de Monitores de Educação Física e de que forma o mesmo teve como especificidade o trabalho e a preocupação com a saúde e com o corpo das crianças e finalmente, enfatizar como o Curso de Educadoras Sanitárias, bem como a temática sobre higiene e alimentação, ampliou o conhecimentos de professoras diplomadas para melhor atuarem frente as questões de saúde, higiene e educação sanitária no ambiente escolar.

Posto os objetivos da pesquisa, passamos a discutir acerca das escolhas que realizamos no tocante a metodologia, as inferências teóricas, as fontes e o apoio bibliográfico, no sentido de concretizarmos os objetivos aqui definidos para a realização desta pesquisa.

1.2 - Algumas inferências teóricas, as fontes, o apoio bibliográfico e a metodologia de trabalho

A reflexão realizada durante as análises fundamentaram-se no referencial teórico propugnado por Hobsbawm (1998), no que concerne, especificamente, às categorias “*permanências e mudanças*” que ocorrem durante todo e qualquer período histórico, tanto no âmbito local quanto no nacional. Assim sendo, procuramos neste trabalho problematizá-las, considerando, especificamente, o período histórico educacional paraibano estadonovista. Assim, articulado às categorias acima mencionadas, Hobsbawm (1998, p. 22-23) argumenta que:

Em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. Claro que uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas. A inovação pode acontecer de dois modos. Primeiro, o que é definido oficialmente como ‘passado’ é e deve ser claramente uma seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz

de ser lembrado. Em toda sociedade, a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias. Mas sempre terá interstícios, ou seja, matérias que não participam do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade. A inovação pode ocorrer, nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema e, portanto, não se oponha automaticamente à barreira.

(...) Seria interessante investigar que tipos de atividades tendem a permanecer assim relativamente flexíveis, além daquelas que parecem negligenciáveis em um dado momento, mas podem se mostrar diferentes numa ocasião posterior. (grifo nosso).

Dessa forma, procuramos identificar aspectos do nosso passado educacional, esteve presente no período aqui em estudo, manifesta nas práticas formativas destinadas às professoras. Ao mesmo tempo procuramos perceber àquelas que já haviam sido superadas. Assim sendo, procuramos analisar como a qualificação e aperfeiçoamento do professorado primário procurou estabelecer procedimentos pedagógicos, que nos parecem, procuraram operar *mudanças* na prática cotidiana dos professores no ambiente escolar.

Consoante a esses aspectos acima mencionados, nos apropriamos, também, de algumas contribuições teóricas pensadas pelo Thompson (2001), no que concernem as “*peculiaridades*” políticas, sociais e culturais. Nesse sentido, procuramos percebê-las, considerando que as políticas locais destinadas à educação estiveram ora em consonância, ora em discordância com as nacionais, mesmo estando cientes que durante o regime ditatorial, pouco se poderia discordar do que era estabelecido pelas diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais, tais como o INEP e o próprio Ministério da Educação. Nessa segunda linha de raciocínio, por exemplo, podemos verificar que o *Jornal A União*, do ano de 1942, noticiou amplamente que o Estado da Paraíba, se configurou como sendo um dos pioneiros em realizar as reformas que foram pronunciadas pelo governo federal, ou seja, essa relação muitas vezes foi efetivada a partir de expressiva comunicação com o próprio Ministro da Educação Nacional, na época, Gustavo Capanema. Todavia, é interessante perceber-se que o tempo passou, mas algumas das “*peculiaridades*” políticas, culturais e, especialmente, educacionais se mantiveram na Paraíba.

Há, então, a partir dessas bases teóricas mais gerais, a intenção de compreendermos como se processou a formação e qualificação do professorado primário paraibano. Para tanto, procuramos percebermos o movimento conjuntural mais

amplo, ou melhor, o nacional sobre a situação do ensino primário, enfatizando os aspectos relativos à própria organização, bem como a política que fora destinada à educação no período estadonovista, ao mesmo tempo nos deslocamos para as especificidades processadas no âmbito local. Dessa maneira, foi necessário observarmos as considerações que outros autores também realizaram sobre o ensino primário no período supracitado.

Vários são os autores que se debruçaram sobre temáticas relacionadas ao período do Estado Novo, porém alguns deles são mais expressivos como é caso de Horta (1994) que faz uma minuciosa discussão sobre a educação moral e cívica, enfatizando o quanto a educação esteve a serviço do Estado brasileiro. Bomeny (1999) é outra autora que tece considerações sobre a educação no Estado Novo, apresentando a questão da necessária formação de um “homem novo” para um novo Estado. Nesta perspectiva, o ensino primário teve um papel de fundamental importância, pois pensaram os donos do poder que seria desde a infância que se deveria incentivar o *sentimento patriótico*, sendo esse, em específico, segundo a autora, o objetivo primeiro do ensino primário. Schwartzman (1983, p. 360), nos auxiliou no sentido de compreendermos um pouco mais sobre o ensino primário, apontando que “a partir de 1942, o Governo Federal iniciou uma nova política com relação ao ensino primário”, ou seja, o governo federal passou a fixar objetivos mais específicos, pensando no ensino primário em si, e em políticas nacionais que tivessem este ensino como uma das prioridades do governo. Rocha (2000, p. 80), nos apontou acerca da importância que teve a criação, em 1938, da Comissão Nacional do Ensino Primário (CNEP). Silva (1939, p. 36), nos deu importantes referências sobre as bases filosóficas as quais se assentaram o Estado Novo. Segundo o referido autor o Estado Novo entendia a Pátria como uma “uma fôrça harmonica, homogenea, inteiriça, insubstituível e indomavel”. A relação entre moral e o Estado Novo foram de suma importância para compreendermos como foi pensada as políticas gerais e, mais especificamente, sobre as destinadas à educação. Para Silva (1939, p. 68), o “Estado Novo, é assim, um regime eminentemente moral, mas não só moral, como estado que é independente e autônomo, mas como organização universal e eterna”. Nessa mesma linha de pensamento, Andreotti (2010, p. 11), ressalva que sobre a formação escolar, nos diz que “no contexto do Estado Novo, a formação escolar teve como eixo ideológico o nacionalismo, o patriotismo e a difusão dos princípios do projeto político-ideológico do governo”. A autora ainda destaca que “o ensino primário deveria ter como função despertar aptidões físicas, morais e intelectuais, visando a formação do cidadão e

do trabalhador.” (LENHARO, 1986, p.168 *apud* ANDREOTTI, 2010, p.11-12). Colaço (1944), trouxe contribuições significativas sobre o papel do professor, apontando que “na época moderna, o professor está fadado a desempenhar uma gloriosa e nobre missão: - reformar o mundo e com ele a sociedade, sem o que se está afastando do sagrado mister de educador.” (p. 7). Carneiro Leão (1944), que nos apresentou questões demasiadamente importantes no sentido da necessidade da criação do Departamento Internacional de Educação e de sua importância para o próprio caminhar de consolidação do sistema educacional brasileiro e paraibano nos anos finais do Estado Novo, enfatizando que “só a educação que respeite o indivíduo, cultive-lhe as tendências ou as encaminhe na direção de seu bem estar e do bem estar da coletividade nacional e internacional será realmente construtiva.” (p. 46).

Esses autores acima destacados, além de outros que se encontram referenciados, foram importantíssimos para construir, tanto o nosso objeto de pesquisa, quanto para a discussão que aqui desenvolvemos.

Do ponto de vista metodológico este estudo está assentado na pesquisa documental, realizada, prioritariamente, no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, do Estado da Paraíba, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC. Trabalhamos, prioritariamente, com o *Jornal A União* – 1937-1945. Procuramos manter um diálogo das fontes coletadas com a leitura crítica da produção historiográfica referente ao período do Estado Novo, utilizando o contínuo movimento do particular para o geral e vice-versa, ou seja, do nacional para as especificidades paraibanas. As fontes também nos auxiliaram para que pudéssemos compreender mesmo que a partir da lente oficial, como o ensino primário neste período estava disseminado na Paraíba. A partir das notícias dos jornais buscamos apontar como estava sendo pensado o ensino primário na Paraíba, bem como os professores primários, e como se deu a repercussão da Reforma do Ensino, em 1942, a partir da ótica da imprensa paraibana. Assim sendo, procuramos compreender como na Paraíba estadonivista estava sendo formada a infância local, bem como estavam sendo qualificados os profissionais que trabalhariam diretamente com essa população.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. Este primeiro, no qual traçamos os aspectos relacionados com a origem do problema, justificativa, objetivos, as fontes, a metodologia, além de algumas inferências interpretativas. O segundo capítulo que versa sobre a educação primária nacional e local no período estadonovista, visando apresentar como foram propagandeados os princípios da civilidade, do

nacionalismo, do patriotismo e da moralidade desde a infância. O terceiro capítulo trata, especificamente, da qualificação e aperfeiçoamento do professorado paraibano, dando ênfase aos cursos de aperfeiçoamento para o professorado primário da capital, ao curso de emergência de monitores de educação física e ao curso de educadoras sanitárias.

CAPÍTULO 2

ENSINANDO OS PRINCÍPIOS DA CIVILIDADE, DO NACIONALISMO, DO PATRIOTISMO E DA MORALIDADE: a educação primária

2.1– A educação primária no cenário nacional e na Paraíba: despertar nas crianças um *sentimento patriótico*

O Estado Novo ficou amplamente conhecido como um dos períodos pelos quais mais foram trabalhadas, tanto publicamente, quanto institucionalmente as ideias de inserção na vida das pessoas, dos princípios filosóficos adotados pelo próprio sistema de governo. Dessa forma, a educação foi uma das principais áreas que auxiliaram na disseminação de princípios filosóficos patrióticos, nacionalistas, civis e morais adotados pelo governo Vargas durante o Estado Novo.

De acordo com Silva (1939), “(...) a Pátria é espaço, tempo e sentido”, é “(...) uma fôrça harmonica, homogênea, inteiriça, insubstituível e indomável” e “(...) a Pátria tem quase um sentido religioso no Estado Moderno do Brasil” (p.34-37). Em relação ao Estado Novo o mesmo autor aponta que “é, assim, um regime eminentemente moral (...)” (p. 68). Essas ideias publicadas em pleno andamento de institucionalização do Estado Novo representam uma síntese das bases políticas e ideológicas que deram sustentação para todos os encaminhamentos que foram efetivados em várias instâncias administrativas, inclusive, na educacional e escolar.

Bomeny (1999, p. 152), nos mostra que “mencionada e incluída na pauta de discussões e avaliações desde o início do século, a nacionalização do ensino encontrará no Estado Novo o momento decisivo de sua resolução”. Assim sendo, a nacionalização do ensino primário, foi de extrema importância para dar sentido de uma só educação formal no país, que até então, não se tinha consolidado, haja vista as inúmeras regulamentações e leis estaduais e municipais que se superpunham umas as outras, além da existência de muitas colônias estrangeiras, principalmente, na região sul do país, que permaneciam a viver e a educar suas crianças e jovens mediante leis, regras e línguas de seus países de origem.

Sobre essa especificidade regional é importante destacarmos que talvez tenha sido a região do sul do país a que mais sofreu interferência do governo central no sentido da implementação do sistema nacional do ensino, haja vista, que no período aqui em estudo, nessa região, existiam colônias estrangeiras vivendo como se não estivessem no

Brasil, ou seja, as suas pátrias de origem. Vargas e o seu *staf* ao considerarem o momento histórico ao qual o Brasil estava inserido, entenderam que era necessário, primeiramente, conter o crescimento dessas colônias e em segundo lugar era preciso nacionalizá-los, especialmente, àquelas de origem alemã. Temeram eles que ocorresse no Brasil aquilo que a Alemanha desejava alcançar na Europa, ou seja, a sua “expansão” a qualquer preço, inclusive com guerra. Foi, portanto, nesse contexto que os donos do poder trataram de organizar um planejamento nacional a fim e nacionalizar, principalmente o ensino primário.

Dessa forma, o presidente da república foi enfático e não apenas projetou, mas fechou escolas alemãs no sul sudeste do país e instaurou a obrigatoriedade da língua oficial brasileira no ensino. Rocha (2000, p. 98) em relação a essa problemática, enfatiza que

A grande preocupação de então é a questão da nacionalização do ensino primário nas áreas coloniais estrangeiras. Pode-se dizer que se trata de preocupação que, embora refletida pelo Ministro Capanema, se dá principalmente fora do Ministério da Educação. Isto se evidencia na forma como são aprovadas as verbas orçamentárias para o ensino básico. São decisões a nível de Presidência da República, que o Ministério da Educação deve aplicar, fazendo valer as preocupações de integração nacional do governo.

Rocha (2000) ressalta, ainda, que o projeto maior era de “integração nacional do governo (p.98).” Para tanto, foi o ensino primário, principalmente, que serviu de base para os novos ensinamentos naquelas colônias estrangeiras, fazendo com que aquelas crianças, bem como seus pais, comessem a compreender que existia uma unidade nacional brasileira, e que eles não poderiam mais viver “independentes”, mas no território brasileiro e que, portanto, teriam que se integrar ao país.

Porém, essa questão, da nacionalização do ensino primário, não foi pacífica, segundo Bomeny (1999, p.157),

O contexto da guerra, a expansão do nazismo e a conjuntura discricionária que caracterizou a política do Estado Novo, tudo isso fortaleceu no interior da burocracia estatal a convicção de que medidas enérgicas poderiam e deveriam ser tomadas. Não foi difícil, com a justificativa de impedir a infiltração nazista no Brasil, transformar a questão da nacionalização do ensino em questão de segurança nacional. Sendo uma questão de segurança nacional, caberia ao Exército um papel estratégico no contexto da política

nacionalizadora, uma política que envolvia definições a respeito da imigração de estrangeiros ao Brasil.

Observando como estratégico a questão da nacionalização do ensino no Brasil, Bomeny (1999), aborda questões de suma importância para compreendermos o papel que o ensino teve em conjunto com o projeto político nacional. A autora, ainda demonstra que foram vários os decretos publicados no sentido de limitar a participação de estrangeiros na vida pública no Brasil. Vejamos pelo menos quatro desses que foram efetivados no ano de 1938:

O Decreto-lei nº 383, de 18 de abril, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; O Decreto-lei nº 406, de 4 de maio do mesmo ano, regulamentando o ingresso e a permanência de estrangeiros, determinando providências para a assimilação dos mesmos e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executivo das suas disposições; o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, criando a Comissão Nacional do Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e finalmente, o de nº 948, de 13 de dezembro de 1938 que, sob a consideração de serem complexas as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinava que as medidas com esse fim “fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização”. (BOMENY, 1999, p. 157-158).

Entretanto, consideramos significativo ressaltar que a efetivação de toda essa regulamentação não se deu de forma pacífica. Na verdade, ela foi sendo imposta pelo Estado brasileiro, de forma repressiva chegando, inclusive, ao fechamento das escolas e de atos de violência e perseguição contra os professores que insistiram em manter as escolas funcionando de acordo com a sua cultura de origem. Bomeny (1999, p. 158, 159 e 160), sobre essa questão tão conflituosa tece os seguintes comentários:

Do lado dos colonos alemães, as queixas se acumulavam diante da política repressiva ao funcionamento das escolas particulares. Argumentavam que foram obrigados a vencer o descaso histórico do governo com relação ao atendimento à população, e em resposta ao abandono tomaram a liderança no processo de construção social dos bens elementares à socialização. Reivindicavam agora o reconhecimento de sua existência como grupo cultural autônomo e reclamavam até mesmo a participação do governo na preservação do patrimônio já conquistado. (...) Em 1938, o Estado-Maior do Exército alertava sobre a necessidade de ampliação das medidas de nacionalização do ensino, até então,

restritas às escolas da Zona Rural. Era uma decisão que implicava extensão de recursos, uma vez que o fechamento de escolas particulares deveria ser compensado com a abertura de escolas oficiais. Em 1940, o Inep faz um relatório apresentando os resultados da implementação dessas medidas conforme as cifras seguintes:

Estados	Escolas Fechadas	Escolas Abertas
Rio Grande do Sul	103	238
Santa Catarina	298	472
Paraná	78	70
São Paulo	284	51
Espírito Santo	11	45
Total	774	876

A partir dos dados acima apresentados é possível perceber que a atuação do governo federal sobre as colônias estrangeiras, no que concerne à relação entre fechamento de escolas particulares e aberturas de escolas oficiais ocorreu de forma intensa nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Espírito Santo, que quase quadruplicou. A exceção está no estado de São Paulo e Paraná nos quais o total de fechamento de escolas particulares foi maior do que de abertura de escolas oficiais.

No concerne especificamente às colônias estrangeiras à situação do nordeste e da Paraíba, em especial, foi muito diferenciada em relação ao que estava acontecendo nas regiões sudeste e sul do Brasil. Não temos, por exemplo, o conhecimento que tenha ocorrido fechamento de estabelecimentos escolares estrangeiros. No entanto, temos o conhecimento sobre a Colônia Agrícola de Camaratuba, marcada pela presença de japoneses. Nela funcionava uma escola rural, porém não temos conhecimento de ter ocorrido intervenções no sentido de fechá-la, haja vista que o ensino que era proferido na referida escola atendia ao projeto nacional de Vargas, que era o de alfabetizar os filhos de trabalhadores da região².

Quanto à presença italiana na Paraíba³ temos a informação de que “no auge de sua existência na Cidade da Parahyba, [compreendia] aproximadamente 50 famílias, o que lhes assegurava, com filhos e agregados, estimativa populacional de 400 almas, chegaram a constituir espécie de colônia.” (MELLO, 2006, p.127). Temos também a informação da existência de pequenas colônias italianas no interior da Paraíba, tais como nas cidades de Campina Grande, Areia e Mamanguape. Entretanto, não dispomos

² Para maior detalhamento sobre a Escola Rural, da Colônia Agrícola, de Camaratuba, consultar Burity e Pinheiro (2012). Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.16.pdf.

³ Temos conhecimento da existência de apenas dois estudos sobre a presença de italianos na Paraíba que são: Ponzi (1988) e Mello (2006). Consideramos, todavia, imprescindível o desenvolvimento de estudos sobre a presença de italianos no âmbito educacional paraibano, ou melhor, se tiveram escolas próprias, quem dava aula nelas, etc.

até o momento de qualquer indício de que tenham organizado ou dirigido escolas. A única referência que dispomos é de que algumas *mammas* e *nonas* tenham desempenhado “funções educativas da comunidade – como no caso de D. Úrsula Lianza.”⁴(MELLO, 2006, p.129).

A busca de implementar a nacionalização do ensino primário foi realizado, também, com a reestruturação das disciplinas, bem como de seus conteúdos. No que concerne, especificamente, à obrigatoriedade da educação física no ensino primário, que passou a vigorar a partir de 1942, Schwartzman (1983, p.371), nos chama atenção sobre o quanto o governo federal procurou estimular “as práticas educativas visando à formação física, cívica e moral das crianças e adolescentes.” Dessa forma, podemos perceber o quanto os princípios filosóficos patrióticos, morais, cívicos e nacionais estiveram presentes tanto nos discursos governamentais, quanto no próprio desenvolvimento do projeto nacional de educação⁵.

Mediante o panorama apresentado acima e relacionado aos princípios filosóficos do Estado Novo, à educação nacional primária coube disseminar nas crianças um “sentimento patriótico”, conforme analisa Horta (1994).⁶ Nesse sentido, a educação escolar primária, principalmente a cidadina, teve um papel importantíssimo no tocante ao auxílio e colaboração de intermediar a difusão das ideias advindas do governo central em todos os estados que compunham a *nação* brasileira.

Na Paraíba estadonovista, o panorama educacional não se fez diferente do restante do país. Pautas gerais sobre a nacionalização do ensino primário, com base nos princípios nacionalistas e com uma cuidadosa atenção para o ensino de educação física, cívica, pátria e moral, estiveram também presentes na Paraíba. Pinheiro, Araújo e Silva (2011, p.4) apontam que a partir da publicação do Decreto nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, é possível visualizar “muito facilmente a pretensão em apresentar todo um modelo de educação cívica, moral e física, que seriam incorporados nos currículos das escolas”. Os autores acima mencionados demonstram, utilizando as notícias coletadas no *Jornal A União*, de 1938, que a educação física, cívica e moral deveriam ser incorporadas no currículo escolar, indo além das próprias disciplinas, devendo fazer parte, inclusive, de atividades nos espaços extra-escolares. Explicitam ainda que

⁴ Há, na cidade de João Pessoa, uma importante escola de nível médio que tem o seu nome.

⁵ Outras disciplinas as quais podemos constatar esse aspecto referem-se ao ensino de história, geografia (estudos sociais), moral e cívica, língua nacional (portuguesa) e na literatura.

⁶ Cf. também Andreotti (2010).

O Departamento de Educação compreendia que a educação cívica, moral e física era de extrema importância para ser realizada nas escolas de ensino primário, desta maneira distribuiu cartazes, em 1942, entre os estabelecimentos de ensino do Estado da Paraíba, que continham legendas referentes aos princípios educacionais adotados na Constituição Federal. (p.5)

Em outro estudo realizado por Silva e Pinheiro (2011, p. 4,5), encontramos uma discussão acerca da mesma questão, ou seja, da criação de uma atividade extra sala de aula, que deveria ser praticada uma vez por semana, a cada quinze dias, denominada “Hora Cívica”, e que foi instituída, em 1942, “em todos os estabelecimentos de ensino primário e, especialmente, nos grupos escolares”, conforme podemos constatar a partir do Comunicado nº 01 que criou na Paraíba, a “Hora Cívica”

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO” – (Comunicado Nº 1) – O Departamento de Educação do Estado, considerando a situação em que se acha o País, e considerando mais necessária a formação de uma consciência nacional no seio do professorado e da população escolar do Estado, a-fim-de se robustecerem os sentimentos patrióticos dos que trabalham na comunidade escolar, resolve criar a “HORA CÍVICA” em todos os estabelecimentos de ensino primário do Estado.

Da “HORA CÍVICA” constará obrigatoriamente, uma formatura em local apropriado, de todo pessoal, docente, discente e administrativo do estabelecimento de ensino, devendo ser cantado, a seguir, o Hino Nacional. O Departamento de Educação enviará circulares aos senhores Inspectores de Ensino, aos Diretores de Grupos Escolares e aos demais professores do ensino primário, as quais conterão instruções detalhadas sobre o assunto. (A UNIÃO, 14.03.1942, p. 5 *apud* SILVA, PINHEIRO, 2011, p.5).

Assim, durante a realização daquela atividade escolar hasteava-se a bandeira nacional, cantava-se o hino nacional e logo em seguida o diretor ou algum professor da instituição escolar proferia palavras que demonstrassem relação com heróis nacionais, questões cívicas, pátrias ou mesmo de higiene escolar. Notadamente foram os grupos escolares onde mais se praticou a “Hora Cívica”.

Mesmo sendo um panorama breve, podemos perceber que a Paraíba, não esteve distante das questões nacionais, aliás, houve de fato, a implementação, nos ambientes escolares paraibanos, das grandes diretrizes apontadas pelos órgãos federais, tais como o INEP e Ministério da Educação.

A alfabetização no país foi uma das bandeiras levantadas pelo movimento de nacionalização do ensino primário e as *Cruzadas Nacionais de Educação*, por exemplo, tiveram esse objetivo. O Fundo Nacional para o Ensino Primário, também fez parte das

iniciativas que tinham como lema maior a nacionalização do ensino, bem como a organização da Comissão Nacional do Livro Didático.⁷ Ainda sobre a nacionalização do ensino primário e sua configuração, Pinheiro e Silva (2011, p.8), nos apontam que

A nacionalização do ensino primário se configurou como uma das metas do governo varguista já que buscou implementar no país uma unidade nacional, do ponto de vista social e cultural, todavia, não economicamente, já que as diferenças regionais somente se aprofundaram, uma vez que o processo de industrialização foi intensificado apenas na região sudeste do país, continuando todo o restante agrícola.

Para concluirmos este item consideramos importante destacarmos que boa parte das políticas de nacionalização do ensino primário estiveram articuladas com o processo de consolidação do modelo de organização escolar, qual seja: os grupos escolares. Nesse sentido, é que passaremos a discutir alguns aspectos sobre esse modelo de organização escolar no item que se segue.

2.2 – Os grupos escolares paraibanos: espaços em excelência para a implementação de um ensino cívico, patriótico e moral

Os grupos escolares não só no âmbito local, mas também no nacional se configuraram como sendo espaços de escolarização no nível primário. Na Paraíba, o primeiro grupo escolar começou a ser pensado logo nos primeiros anos da década de 1910, entretanto, segundo Pinheiro (2002, p.124),

A inauguração do primeiro grupo escolar na Paraíba, em 1916, marcou o princípio do lento processo de substituição das cadeiras isoladas por outro modelo de organização escolar, dando início à *era dos grupos escolares*.

Entre a criação dessa nova instituição e sua condição de organização escolar primária preponderante no estado transcorreu, entretanto, um espaço de tempo significativo. Apesar de as cadeiras isoladas passarem a ser prioritariamente denominadas escolas rudimentares ou elementares, o número de instituições cujo funcionamento se pautava pelo modelo tradicional era muito mais elevado do que o dos grupos escolares (...).

Pinheiro (2002,), nos mostra ainda que no âmbito internacional “a experiência de dotar a escola primária de graduações foi, a princípio, implementada nos anos de 1830,

⁷ Sobre essa questão consultar o trabalho de Bandeira (1996).

na França. Essa nova escola graduada podia ser denominada escola central, escola graduada ou grupo escolar.” (p. 125). Dessa forma, constatamos que internacionalmente o processo de reorganização da estrutura institucional primária, é bem anterior, ou seja, na primeira metade do século XIX. Entretanto, “esse tipo de instituição escolar surgiu no estado de São Paulo em 1894, criado pelo decreto n. 248, de 26 de julho, no transcorrer da segunda fase da Reforma da Instrução Paulista”. (p.124-125). Nesse sentido, “a experiência paulista passou a ser adotada como modelo para as outras unidades da federação”. (p. 125).

É sabido que esse tipo de escola graduada, ou seja, os grupos escolares acabaram fazendo parte de um processo de modernização da educação, tanto nos seus aspectos estruturais físicos (arquitetura escolar), quanto na própria organização pedagógica e disciplinar. Eles se tornaram espaços privilegiados no processo de implementação de ideias novas, advindas tanto no movimento da Escola Nova quanto das propostas políticas destinadas à educação. Sobre esse aspecto, Pinheiro (2002, p. 148), nos informa, que “o processo de modernização da sociedade brasileira, nas décadas de 1920 e 1930, principalmente nos espaços urbanos, possibilitou a elaboração de projetos que incorporaram a modernidade à estrutura educacional.” Esse processo se prolongou até os anos de 1940 quando essas instituições escolares acabaram por incorporar um projeto nacional de educação, marcado pela perspectiva da nacionalização do ensino primário, bem como se acelerou o processo de expansão dos grupos escolares na Paraíba.⁸

Silva e Pinheiro (2013, p.2,3 e 4), analisam que foi durante a administração do então Interventor federal na Paraíba, Argemiro de Figueiredo que ocorreu a construção de muitos grupos escolares, conforme a publicação do Decreto nº 795, de 1º de abril de 1937. Vejamos:

Art. 1º - Ficam creados os seguintes Grupos Escolares: “Gentil Lins”, em Sapé; “Dr. José Maria”, em Pilar; “Dr. Appolonio Zenayde”, em Piancó; “Professor Luiz Aprigio”, em Mamanguape; “Professor Clementino Procopio”, em Campina Grande e “Dr. José Leite”, em Conceição, todos de 2.ª categoria; “Monsenhôr Salles”, em Galante e “Dr. José Tavares”, em Queimadas, ao municipio de Campina

⁸No tocante aos anos anteriores ao Estado Novo, podemos perceber uma ampla organização e disseminação dos grupos escolares pelo país inteiro, bem como na Paraíba, porém, no caso específico de nossa pesquisa nos deteremos a partir de agora ao período elencado como foco de nossa preocupação, que é o período do Estado Novo. Para um mais detalhamento em relação a organização dos grupos escolares na Paraíba, consultar Pinheiro (2002) e para um maior detalhamento sobre a implementação da escola graduada no Estado de São Paulo, consultar Souza (1998).

Grande, de 3.^a categoria (...) (A UNIÃO, 02.04.1937, p. 4 *apud* SILVA, PINHEIRO, 2013, p.2).

No ano seguinte, isto é, em 1938, alguns grupos escolares já se encontravam em pleno funcionamento e se destacavam por realizarem um trabalho competente nas cidades as quais estavam localizados. Vejamos abaixo algumas imagens desses grupos escolares:

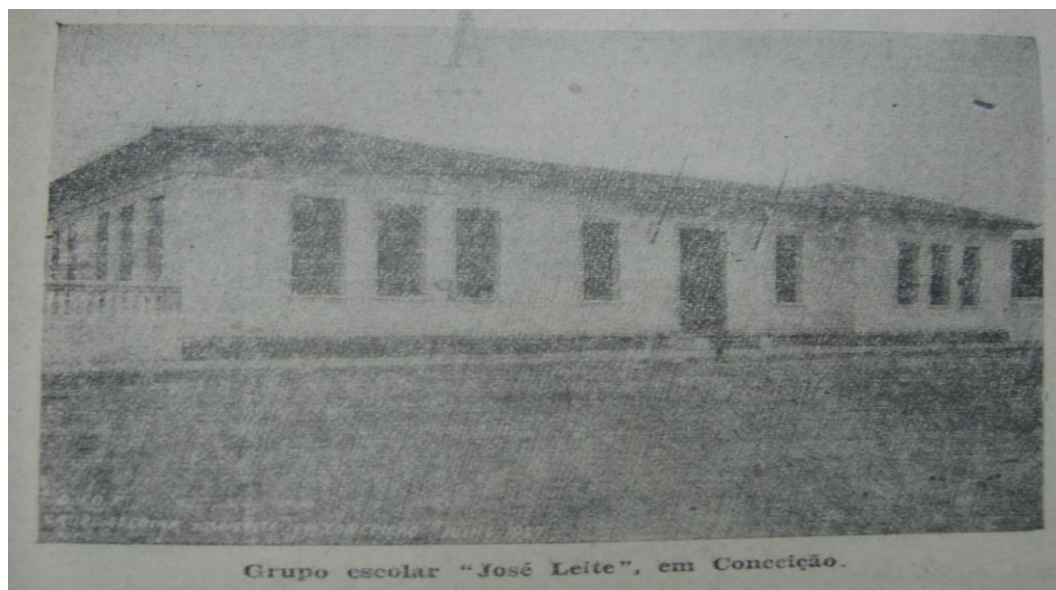


Figura 1 - Grupo Escolar José Leite, em Conceição.
Fonte: Jornal A UNIÃO (25.01.1938).



Figura 2 - Grupo Escolar D. Vital, em Misericórdia.
Fonte: Jornal A UNIÃO (25.01.1938).



Figura 3 - Grupo Escolar Adhemar Leite, em Piancó.
Fonte: Jornal A UNIÃO (25.01.1938).

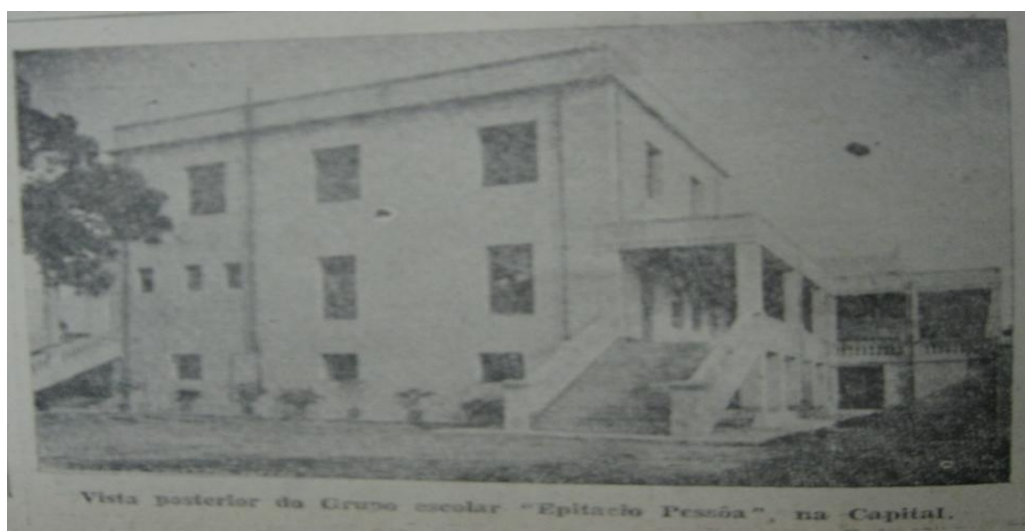


Figura 4 - Vista posterior do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, localizado na Capital.
Fonte: Jornal A UNIÃO (25.01.1938).

Em fevereiro de 1938, o Grupo Escolar Celso Cirne foi inaugurado, na cidade de Moreno. Demonstrando mais uma vez como a atuação do Interventor Argemiro de Figueiredo se fez constante em relação a educação primária na Paraíba, auxiliando até mesmo ao combate aos problemas educacionais no estado através de suas medidas de construção e inauguração de grupos escolares em várias cidades do estado da Paraíba.

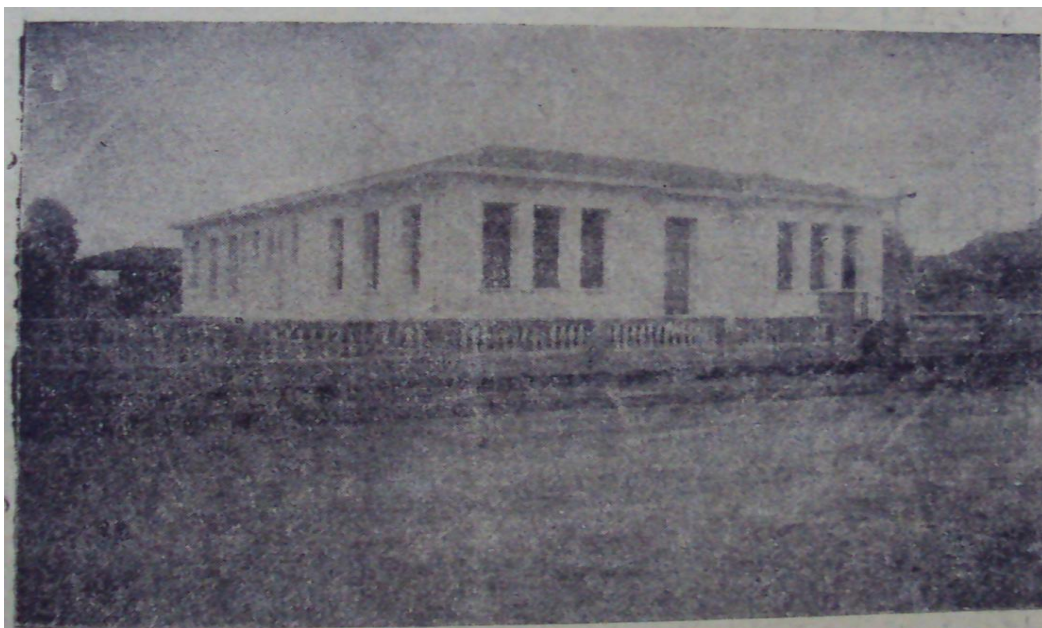


Figura 5 - Grupo Escolar Celso Cirne, em Moreno.
Fonte: Jornal A UNIÃO (15.02.1938, p.1).

O Grupo Escolar de Moreno foi o 13º inaugurado no governo de Argemiro de Figueiredo. Acompanhem os detalhes sobre o mesmo:

(...) O edifício que está situado em um terreno amplo todo murado mede 35 metros de frente por 73 de fundo, onde foram construídos um pavilhão de recreio, com 7,50x16,00 e um reservatório de abastecimento d'água com cisterna. Possui ainda um hall com 2,040x4,040; 4 salas de aula medindo 5,000 x 7,60 cada uma: um terraço coberto com 5,040 x 14,70; uma sala com 4,40 x 4,15 e mais as secções sanitárias com 4 W.C. e dois lavatórios. As instalações de águas, esgotos e luz, bem como o serviço de pintura foram confeccionados de acordo com os métodos mais perfeitos, por pessoal especializado que seguiu desta capital. Assim é que a depuração do efluente dos esgotos é feita em fossa biológica (...) (A UNIÃO, 15.02.1938, p.1).

No ano de 1939, mediante as obras públicas⁹ que o Interventor Argemiro de Figueiredo tinha realizado na Paraíba em relação ao setor educacional, a criação de vários outros grupos escolares estiveram presentes como metas do seu governo. Vale ressaltar e observar nas imagens acima que todos os grupos escolares obedeciam aos moldes (projeto e linhas arquitetônicas) estabelecidos pela Diretoria de Viação e Obras Públicas, portanto, essas instituições marcam uma determinada concepção física de escola, na qual apresentavam linhas simples, resultante de desdobramento e

⁹ Para ver notícia completa sobre as Obras Públicas no Governo Argemiro de Figueiredo, consultar A União, 25.01.1939, p. 01 e 02.

inspirado do movimento modernista. Vejamos abaixo alguns grupos escolares que foram reestruturados durante o governo de Argemiro de Figueiredo:



Figura 6 - 1º) Grupo Escolar José Tavares, em Queimadas. 2º) Grupo Escolar Adhemar Leite, em Piancó.

Fonte: Jornal A UNIÃO (25.01.1939, p. 8).

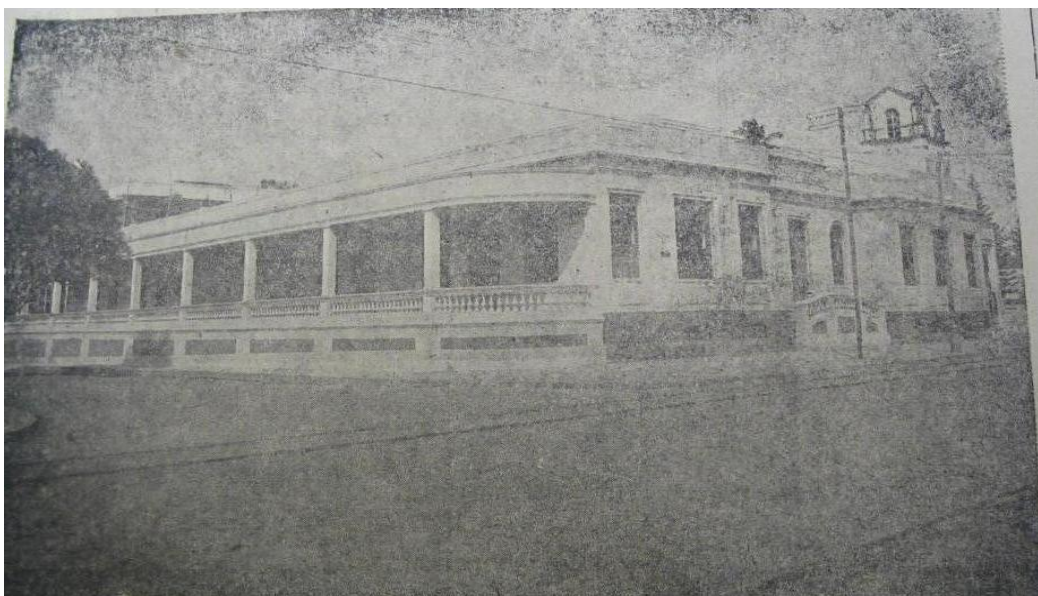


Figura 7 - Grupo Escolar Epitácio Pessoa, localizado no Bairro do Tambiá, (capital) e que segundo notícia do Jornal A UNIÃO, foi totalmente remodelado no governo de Argemiro de Figueiredo.

Fonte: Jornal A UNIÃO (25.01.1939, p. 8).

Apesar de todos os problemas que podem ser encontrados em relação ao ensino, tais como elevados índices de analfabetos no estado, não podemos desconsiderar que o

governo do Interventor Argemiro de Figueiredo, ocorreu significativos investimentos na educação formal na Paraíba, especialmente, no ensino primário.

No governo seguinte, ou seja, no de Ruy Carneiro (1940-1945) ocorreu um processo diferenciado em relação ao seu antecessor uma vez que se deteve em proceder reformas do ensino e com as renovações e modernizações do mesmo. Todavia, também procedeu à construção de novos grupos escolares, como foi caso do localizado em Cabedelo e que em agosto de 1942, estava em andamento o soerguimento de suas paredes, conforme podemos observar na imagem que se segue.

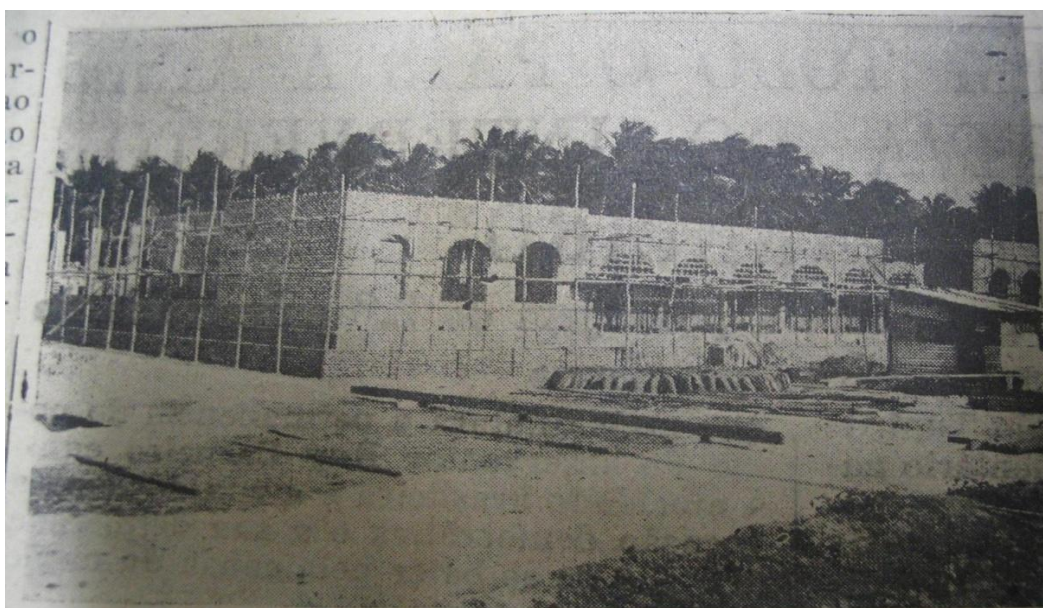


Figura 8 - Vista do Grupo Escolar de Cabedelo, em construção.

Fonte: Jornal A UNIÃO (16.08.1942, p. 4).

Foi também no ano de 1942, que se projetou a construção/inação do Grupo Escolar Padre Ibiapina,¹⁰ em Itabaiana, que se configurava como sendo um prédio escolar construído a partir de preceitos mais modernos.

Como visto o período estadonovista na Paraíba, em relação à expansão de grupos escolares foi de grande expressividade, uma vez que foram várias construções e reformas empreendidas em antigos grupos escolares. Vale, no entanto, salientar que essas obras ocorreram, prioritariamente, nas sedes das cidades, ocorrendo, assim, a ampliação do ensino citadino na Paraíba. Além da construção e reformas de grupos escolares o período foi marcado por muitas reformas, entre elas a de 1938, que segundo Pinheiro (2002, p. 204):

¹⁰ Há algumas informações sobre esse grupo escolar no trabalho de Silva (2011b). Ver também Jornal A UNIÃO, 28.01.1942, p. 6.

(...) foi publicado o decreto nº 961, que dispunha sobre a organização escolar, a qual, de acordo com o então interventor federal, Argemiro de Figueiredo, complementava a reforma da instrução pública publicada em 1935 (...). O referido decreto – que tinha por finalidade ‘arregimentar a mocidade estudantina, criando uma mentalidade nova, de acôrdo com o espírito do regime implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de Novembro’.

Desta forma, o governo local adaptou-se as diretrizes impostas pelo governo federal e uma delas foram às ampliações, reformas e construções de novos prédios escolares. Nessa perspectiva caberia ao professorado no seu cotidiano escolar

fazer, ‘diariamente, prelações, em suas classes, sobre assuntos pátrios, de respeito às leis do país e as suas autoridades, e de combate sistemático a tudo o quanto possa atentar contra o regime e seus dirigentes’ (idem, p.13). Para que esse objetivo fosse satisfatoriamente alcançado, deveriam os mestres fazer leitura, ‘devidamente comentada, da biografia dos grandes vultos da pátria em todos os seus ramos das atividades, bem como a narrativa dos feitos heroicos da nacionalidade’ (idem, ibidem). As datas nacionais e estaduais significativas seriam necessariamente comemoradas com festividades, ‘cumprindo aos professores, nêsses dias, prelações alusivas ao fato que de [comemorava] e ainda promover paradas escolares, as quais [teriam], obrigatoriamente, o comparecimento dos docentes, funcionários e alunos. (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.12 *apud* PINHEIRO, 2002, p. 205).

Faz-se, também, importante as considerações acerca dos temas, questões e aspectos que deveriam ser ensinados no interior das escolas primárias, em especial, nos grupos escolares. Temas voltados para o civismo, o patriotismo, nacionalismo, a moralidade, higiene e saúde deveriam ser tratados cotidianamente, e não apenas no espaço de uma determinada aula ou disciplina. Como já nos referimos anteriormente essas atividades deveriam, inclusive, ultrapassar os muros escolares. Aspectos cívicos deveriam, por exemplo, ser fervorosamente demonstrados durante as festividades escolares¹¹, os desfiles cívicos entre outras manifestações públicas que envolvessem a comunidade escolar. Entre as inúmeras fotos que foram publicadas pelo *Jornal A União* acerca das festividades escolares cívicas, selecionamos a seguinte:

¹¹ Para um maior detalhamento sobre as festas escolares durante o Estado Novo na Paraíba, consultar Silva (2011c).

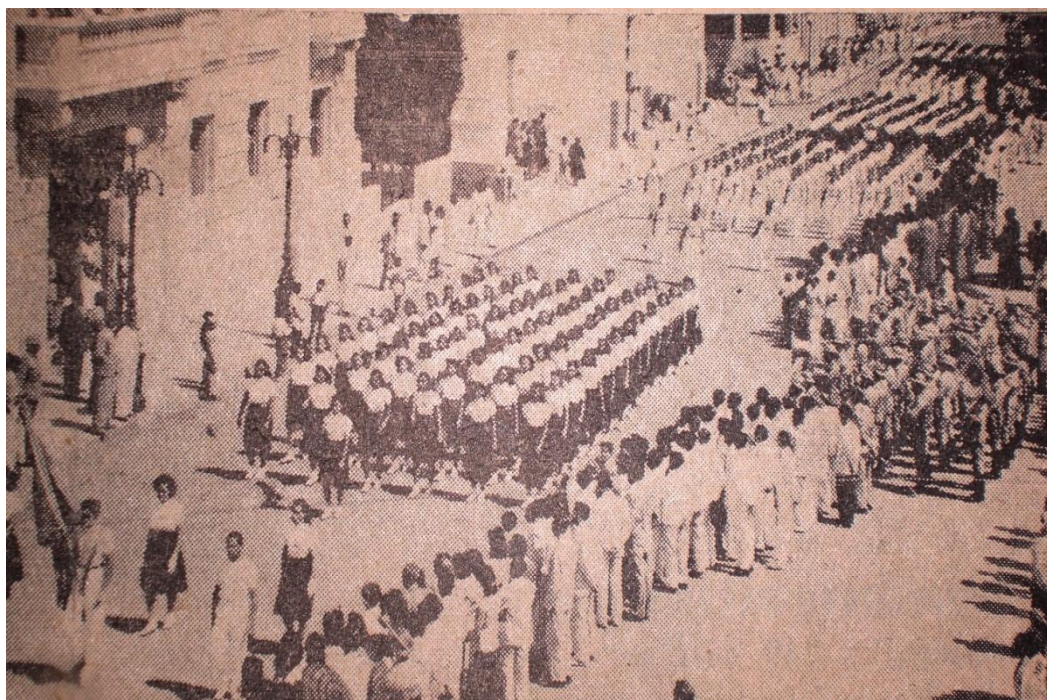


Figura 9 - Desfile em comemoração ao sétimo aniversário de implantação do Estado Novo. Observar a entrada principal do Palácio da Redenção e do Lyceu Parahybano.
Fonte: Jornal A UNIÃO, 11 nov. 1944 *apud* Silva (2011c, p. 56).

A partir das inovações que rodearam os governos no período estadonovista na Paraíba, ocorreu toda uma preocupação com a reestruturação dos padrões e das formas de se gerenciar os estabelecimentos públicos e os grupos escolares não fugiram a regra, uma vez que, em 1937, com a publicação do Decreto nº 914, de 30 dezembro, foi criado o cargo de professor diretor de grupo escolar. Nele podemos observar algumas orientações. Vejamos:

aproveitados os actuaes directores diplomados pela Escola Normal, e os que tenham classificação de entrância igual ou superior á dos professores e dos respectivos estabelecimentos a juízo do Governo.
Art.3º Os professores directores de Grupos Escolares perceberão os seguintes vencimentos mensaes: 1ª categoria, 700\$000; 2ª categoria 500\$000; 2ª categoria, 400\$000 (...) (A UNIÃO, 08.01.1938, p. 2).

Além das novas normatizações referentes aos diretores de grupos escolares, no ano seguinte, isto é, em 1938, foi criado o cargo de inspetor auxiliar do ensino, mediante o Decreto nº 1.012, de 04 de abril.¹² O inspetor auxiliar do ensino teria como função a fiscalização escolar no interior do estado. O cargo seria ocupado, em cada município do estado, pelo diretor do grupo escolar ou pelo professor de cada escola

¹² Ver Decreto nº 1.012, de 04.04.1938 na íntegra no Jornal A UNIÃO (05.04.1938, p.4.).

elementar, designado pelo Departamento de Educação. Cabia ao inspetor auxiliar de ensino visitar constantemente as escolas que lhe fossem indicadas de acordo com sua localidade, os mesmos deveriam enviar relatórios semanais aos inspetores regionais da zona a qual pertenciam.

Além dos inspetores auxiliares do ensino, em um nível acima deles tinham também os inspetores técnicos regionais, aos quais caberia fiscalizar das inspetorias auxiliares. Havia, também, a figura do inspetor administrativo, que deveria fiscalizar as frequências dos professores.

Nesse panorama de implementações de cargos e de qualificações, ocorreram também à organização de cursos para qualificar e aperfeiçoar o professorado. Aspecto esse que iremos nos deter com mais precisão no nosso próximo capítulo deste estudo.

CAPÍTULO 3

OS CURSOS DE FORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Aperfeiçoamentos didático-pedagógicos, monitoria de educação física
e a educação sanitária

3.1 – O Curso de Aperfeiçoamento do Professorado Primário da capital paraibana: aperfeiçoamento didático-pedagógico

No contexto das propostas paraibanas estadonovista do ensino, tinha-se como um dos aspectos principais a qualificação e aperfeiçoamento do professorado primário. Já vimos no capítulo anterior que tanto nacionalmente, quanto localmente existia por trás de toda a organização do ensino, princípios filosóficos conservadores e autoritários que nortearam todas as propostas relativas ao ensino. Tais princípios eram o da nacionalidade, do patriotismo, da moralidade e do civismo. Nesse sentido, esses também, envolveram a qualificação e aperfeiçoamento daqueles profissionais que iriam trabalhar, ou que já desempenhavam o trabalho de professor/a, ou seja, prioritariamente normalistas. Assim, o curso de aperfeiçoamento para o professorado primário na Paraíba, que ocorreu no ano de 1942, se apresentou como formação complementar. Entretanto, para além dos cursos mais abrangentes, ocorreram outros mais específicos como, por exemplo, o de formação de monitores para a educação física, bem como o curso de educadoras sanitárias.

Em abril de 1942 foi publicado o Comunicado nº 06 do Departamento de Educação, informado o professorado paraibano que o mesmo iria oferecer um Curso de Aperfeiçoamento para os professores primários da capital. Tal curso foi dividido em “Secções” e teve programas de aula previamente elaborados. Vejamos, a seguir o referido Comunicado nº 06, quase em toda sua totalidade:

(...) Terminadas as aulas do Curso de Aperfeiçoamento, será realizada uma prova para verificação de aproveitamento. Aos que fôrem considerados aprovados será concedido um certificado pelo Departamento de Educação. Ao portador do certificado, será dada uma preferência, em igualdade de condições, para efeito de promoção na carreira do professor, quando a mesma estiver criada e regulamentada, ou para efeito de designação para chefia de cargos de direção, ou de comissões na chefia dos serviços de administração da educação e do ensino.

E' obrigatória a frequência às aulas do Curso de Aperfeiçoamento por parte dos professores públicos dos Grupos Escolares, das Escolas Isoladas e das Escolas do ensino noturno, que estejam situadas no

perímetro urbano e suburbano de João Pessoa.

A-fim-de organizar o programa para o Curso de Aperfeiçoamento, a Comissão designada para êsse fim, é composta dos professores Monsenhor Pedro Anísio, Francisca de Ascensão Cunha, Carmelita Gomes, Manuel Viana Junior, Débora Duarte, Julita Vasconcelos e Mário Gomes, por intermédio do Departamento de Educação, entrou em entendimentos com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão técnico central do Ministério da Educação, e recebeu dêle a mais franca colaboração, o I.N.E.P. organizou, mesmo, um plano para a execução do Curso de Aperfeiçoamento, o qual, depois de convenientemente adaptado pelo Departamento de Educação foi aceita pela referida Comissão (...).

As aulas da primeira parte do programa do Curso de Aperfeiçoamento vão ser ministradas pelos professores Francisca de Ascensão Cunha: O professor na organização escolar. Funções capitais do professor, requisitos e qualidades. Carmelita Gomes: Como organizar as classes de ensino. Débora Duarte: Escrituração, registro de lições e dos fatos mais interessantes ocorridos em uma classe. Julita Vasconcelos: Disciplina. Mário Gomes: Problemas de frequência, pontualidade e de evasão escolar. Alcides Lima: Higiene do mobiliário e material escolar, e dos alunos. Débora Duarte: Organização do Horário de trabalho. Silvia Pessoa: Verificação do rendimento escolar.

Em virtude do grande número de professores que terão de assistir às aulas do Curso, o Departamento de Educação organizou quatro turmas. (A UNIÃO, 08.04.1942, p. 5 *apud* PINHEIRO, SILVA, 2012, p. 4).

Segundo Pinheiro e Silva (2012, p. 4 - 5), “a primeira aula do Curso de Aperfeiçoamento para professores primários, foi realizada no auditório do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, na capital, e foi ministrada pela professora Francisca de Ascensão Cunha, diretora da Escola de Professores”.

Segundo notícia do *Jornal A União*, “As aulas das secções do Curso de Aperfeiçoamento terão um carácter absolutamente prático. Não serão admitidas teorias complicadas ou difíceis, nem citações inúteis”, bem como “Cada aula deverá constar de uma exposição clara de trinta a quarenta minutos, seguida de discussão do assunto.” (A UNIÃO, 11.04.1942, p. 5). Este curso foi amplamente divulgado no jornal oficial do Estado da Paraíba – *A União*, de forma que sempre era noticiado, na seção destinada a educação, informes, resumos das aulas, bem como informações mais detalhadas sobre a referida experiência destinada ao aperfeiçoamento do professorado primário.

Sobre a organização das turmas do Curso de Aperfeiçoamento do professorado primário da capital, vejamos como as mesmas ficaram divididas e quais professores deveriam participar:

Na primeira turma estão os professores lotados nos Grupos Escolares

“Isabel Maria das Neves”, “Tomaz Mindêlo”, “Pedro II”, no Abrigo de Menores, e nas escolas isoladas Padre Antonio Pereira, Santa Inês, Roger, S. Gonçalo, Jacinto Cruz e Ilha Índio Piragibe.

Na segunda turma estão os professores lotados nos Grupos Escolares “Epitácio Pessoa”, “Antonio Pessoa”, na Escola de Aplicação, e nas escolas isoladas Rui Barbosa, 19 de Março, Desembargador Bôto, Santa Julia, Elísio José de Sousa.

Na terceira turma estão os professores lotados nos Grupos Escolares “Duarte da Silveira”, “Frei Martinho” e nas escolas isoladas “Cruz das Armas”, “Padre Meira, Silva Mariz, Floriano Peixôto, Rua Índio Piragibe, Capinadores, Ana Higine, Coronel Barbedo, Martim Leitão, Luiz Inácio, João Lira, Índio Piragibe, Camilo de Holanda, Feliciano Dourado, Almeida Barrêto, Paroquial de Lourdes, Prior Maximiniano da França, Feliciano Dourado.

Na quarta turma estão os professores lotados nas escolas noturnas Artur Aquiles, Gama e Mélo, Arruda Camara, Barão do Abiai, Venancio Neiva, João Tavares, Joaquim Silva, Inácio Leopoldo, D. Adauto, Cardoso Vieira, Manuel Tavares, Padre Rolim, Mélo Muniz, Frutuoso Barbosa, 5 de Agosto, Xavier Junior e Índio Piragibe.

As aulas da 1ª, 2ª e 3ª turmas serão realizadas às 20 horas, no auditório do Grupo Escolar “Epitácio Pessoa”, em dias previamente determinados.

As aulas da 4ª turma serão realizadas às 15 horas no mesmo local. A duração das aulas não deverá exceder de cinquenta minutos. A parte prática das prelações será realizada nas classes que funcionam naquêlo estabelecimento de ensino. (...) (A UNIÃO, 09.04.1942, p. 5).

Percebemos, portanto, observando tais detalhamentos, como a imprensa local destinou amplos espaços para a divulgação do Curso de Aperfeiçoamento de professores primários, desta forma, entendemos que tal curso, não só se configurou como sendo algo dentro da proposta de melhoramento do professorado primário, como fez parte de uma proposta de governo que visava melhor qualificar a equipe de professores que trabalhavam com as crianças. Pinheiro e Silva (2012, p. 5), nos apresentam o resumo das duas primeiras aulas do curso de aperfeiçoamento do professorado primário

E’ o seguinte resumo das duas primeiras aulas do Curso de Aperfeiçoamento de Professores, promovido pelo Departamento de Educação: 1. O professor na organização escolar. Funções capitais do professor. Requisitos e qualidades.

a) – provocar e favorecer o crescimento intelectual, social e moral de seus alunos por meio de atividades, que venham favorecer êsse desenvolvimento;

b) – dirigir e controlar, convenientemente, sua classe, visando economia de tempo, esforço e o máximo de rendimento;

c) – cooperar, de maneira simpática, inteligente e com espirito de disciplina com os demais professores, diretor, inspetores e famílias dos alunos, como parte interessada que é na boa ordem e eficiência

dos trabalhos escolares;

d) – o professor deve: a) ter conhecimento preciso da vida local, costumes, vida social e cultural do meio – urbano ou rural – em que terá de exercer suas atividades; b) ter conhecimento perfeito das condições materiais do prédio escolar, para que, em seu plano de trabalho, sejam considerados os objetivos sociais e higiênicos, tendentes a obter o máximo de resultados; c) ter uma sólida bagagem de conhecimentos referentes aos assuntos que vai lecionar, constantes do programa em vigor; d) estar sempre em dia com as novas idéias e orientações no campo da educação; e) ter compreensão nitida dos problemas sociais; f) ter amor às crianças, conhecimento perfeito de sua vida e leis de seu desenvolvimento físico e mental, para poder com elas convenientemente lidar; g) estar familiarizado com a psicologia educacional e com as leis da aprendizagem; h) conhecer e saber aplicar os diferentes processos de ensino mais consentâneos com os interesses, necessidades e possibilidades das crianças nos diferentes períodos de desenvolvimento; i) ter capacidade para organizar um plano de execução de atividades de manejo de classe, tais como: entrada e saída da sala, distribuição e coleta de livros, cadernos, lápis, atenção aos sinais, etc., visando economia de tempo e esforço mas sem prejuízo da iniciativa das crianças; j) possuir e cultivar qualidades necessárias do bom desempenho de suas funções, tais como:

- personalidade simpática, franca, quer no trato com seus superiores, quer nas suas relações com colegas alunos suas famílias;
- espírito de sacrifício a par de um otimismo sadio;
- atenção especial à sua aparência, linguagem, tom de voz;
- pontualidade na realização dos trabalhos escolares. (A UNIÃO, 14.04.1942, p.5 *apud* PINHEIRO, SILVA, 2012, p. 5).

O trecho acima nos apresenta um panorama amplo de como possivelmente foram as aulas do curso de aperfeiçoamento de professores primários, com destaque, inclusive, aos conteúdos que deveriam ser trabalhados, dessa forma, percebemos um conjunto muito extenso de pontos importantes que foram trabalhados em sala de aula. Já no primeiro apontamento dessas aulas iniciais, encontramos o seguinte objetivo: “provocar e favorecer o crescimento intelectual, social e moral de seus alunos por meio de atividades, que venham favorecer esse desenvolvimento”, ou seja, as questões referentes ao crescimento intelectual, social e moral, ou seja, tais princípios se coadunavam com os interesses políticos e ideológicos que nortearam a organização política do Estado Novo, conforme analisamos nos capítulos anteriores deste trabalho.

Outro aspecto que consideramos relevante e que se articula com os preceitos mais gerais do Estado Novo refere-se há algo muito importante que foi exaustivamente debatido, trata-se da questão da higiene escolar e dos alunos. Essa questão tomou uma dimensão tão importante que terminou por envolver o próprio Departamento de Saúde que implementou várias ações para auxiliar no ensinamento da higiene escolar.

Entretanto, sobre essa questão, um pouco mais adiante nos deteremos com maior detalhamento, quando tratarmos, especificamente, do Curso de Educadoras Sanitárias. Todavia, além do que trataremos no item referente ao referido, no de Aperfeiçoamento, também, verificamos que foi planejada uma discussão sobre higiene. Nesse sentido, uma das aulas versou sobre “Higiêne e o mobiliário e material escolar, e dos alunos”. Vejamos a seguir o resumo da décima aula do Curso de Aperfeiçoamento, que foi publicado na imprensa local, em 1942:

Carteiras: localização na sala atendendo á visibilidade dos alunos e do professor, distancia da janéla, do quadro negro, das paredes e das carteiras entre si, facilidade de limpeza da sala e da entrada e saída dos alunos, estética na sua disposição – Ornamentação da sala de aula – Cuidados higiênicos com os alunos quanto á alimentação, acondicionamento da merenda, vestuário, material de uso pessoal – copo, lenço e guardanapo – asseio corporal, asseio do material escolar – Vestuário e apresentação do professor. (A UNIÃO, 25.04.1942, p.5)

Mediante o exposto, podemos destacar os aspectos relativos ao asseio pessoal, incluindo aí o cuidado com o fardamento que normalmente era vistoriado pelas/os professoras. Entretanto, o controle sobre o professor/a também existia, no sentido das orientações de como deveria se vestir e se apresentar, tanto na sala de aula, quanto em outros ambientes sociais.

Dando prosseguimento a discussão acerca dos cursos complementares que foram destinados aos professores primários, passemos agora à aqueles relativos a educação física.

3.2 – O Curso de Emergência de Monitores de Educação Física: cuidar do corpo das crianças

Segundo Silva e Pinheiro (2012, p. 5), “o Decreto de nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, que estabeleceu normas gerais para a organização escolar do Estado da Paraíba, deu também outras providências, entre elas a oficialização da educação física, ficando instituída a sua obrigatoriedade em todas as escolas primárias e secundárias do Estado.” A partir de então, podemos verificar que foi necessário o estado paraibano realizar cursos rápidos ao professorado primário, no sentido de melhor prepará-los para essa atividade no âmbito escolar, especialmente para aqueles que ensinavam nos grupos escolares, uma vez que esses tinham na sua estruturação física, espaços que poderiam

ser utilizados para tais atividades. Contudo, as dificuldades apareciam quando se tratava das escolas isoladas, uma vez que as mesmas, não raras vezes, funcionavam em espaços (casas alugadas, salão paroquial, casa da/o própria/o professora/or) precários e não adequados para as atividades escolares e muito menos para as atividades de educação física. Nesse sentido, “mediante este decreto, a educação física que era ministrada nas escolas deveria ser orientada por um superintendente e o mesmo deveria ter auxiliares e monitores para auxiliar no trabalho cotidianamente.” (SILVA, PINHEIRO, 2012, p. 5).

Na perspectiva acima apresentada é que no ano de 1942, foi implementado o Curso de Emergência para Monitores de Educação Física, a partir da publicação do Comunicado nº 15, pelo Departamento de Educação. Vejamos na íntegra o conteúdo do referido Comunicado:

- Comunicado nº 15.

O sr. Samuel Duarte, Interventor Federal Interino, assinou um decreto criando um Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física.

Esse ato do Governo vem precisamente ao encontro das necessidades de organização escolar do Estado e das aspirações de um grupo de esforçados que, ha anos, luta, entre nós, pela formação especializada de professores de educação física.

Apesar dos esforços da Superintendência de Educação Física do Departamento de Educação, a preparação de pessoal suficientemente habilitado para ministrar as aulas daquela importante matéria, hoje considerada fundamental nos currículos escolares, carecia de um sentido de organização que somente poderia ser conseguido mediante a instituição de um curso intensivo.

Não seria possível, porém, a criação de uma escola de formação de professores de educação física na Paraíba, pois são enórmes as exigências necessárias á instalação e funcionamento da referida instituição, que estaria além das possibilidades financeiras do Estado. Dessa fôrma se resolveu criar um Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física até que, em época oportuna, se pôssa constituir uma escola de especialização.

Cumpre registrar aqui os agradecimentos da Diretoria do Departamento de Educação ao capitão Roberto Pessoa, pela sua valiosa colaboração á organização do Curso de Emergência ora instituído.

O Departamento de Educação vai expedir instruções sôbre as condições necessárias á matrícula e ao funcionamento do Curso de Monitores. (A UNIÃO, 16.07.1942, p. 5).

A notícia apresentada acima, nos dá indícios importantes acerca da história da educação física na Paraíba, haja vista que o mais adequado seria a implementação de uma escola especializada, mas como o Estado não dispunha de condições orçamentárias

para a sua criação e funcionamento. Nesse contexto a saída foi realizar cursos rápidos visando minimizar a problemática da falta de uma formação específica. Silva e Pinheiro (2012, p.5-6) nos apresentam o Decreto-lei nº 291, de 14 de julho de 1942, pelo qual foi criado o Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física:

DECRETO-LEI Nº 291, de 14 de julho de 1942

Cria o Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO, na conformidade do disposto no art. 6º, nº IV, do decreto lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, no Departamento de Educação, 2) Ensino Primário e Secundário, Escola de Professores, da Secretaria do Interior e Segurança Pública, um curso de emergência para a formação de monitores de educação física.

Art. 2º - Para fazer face as despesas com gratificações por aula relativa ao curso mencionado no artigo anterior, é aberto a Secretaria do Interior e Segurança Pública, IV – Departamento de Educação. 2) Ensino Primário e Secundário – Escola de Professores, 4,07.25 – Gratificação por aula, o crédito suplementar da importância de oito contos de réis (8:000\$000), considerando-se como recurso disponível para este efeito a redução de dotação orçamentária a que se refere o decreto-lei nº 290, de 14 de julho de 1942.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 14 de julho de 1942; 54º da Proclamação da República, Samuel Duarte, J.Janduhy Carneiro, Miguel Falcão de Alves. (A UNIÃO, 15.07.1942 *apud* SILVA, PINHEIRO, 2012, p.5-6).

A partir da publicação do decreto-lei acima mencionado, o Diretor do Departamento de Educação, baixou instruções relativas às condições para a matrícula e admissão ao Curso de Emergência para a formação de Monitores de educação física. Observemos a seguir quais foram às instruções estabelecidas:

Será permitida a inscrição ao exame de admissão a candidatos do sexo feminino que satisfaçam as seguintes condições:

- a) tenham concluído o curso normal ou ginásial;
- b) tenha mais de dezessete e menos de 28 anos de idade;
- c) tenha robustez, sanidade física e mental, comprovadas mediante inspeção médica.

Poderão se inscrever ao exame de admissão os professores da categoria “concursados”.

Os candidatos aprovados em inspeção médica serão submetidos às seguintes provas: a) corrida em velocidade: 50 metros em nove segundos; b) salto em altura com impulso; cinquenta centímetros; saldo em distancia com impulso: dois metros.

Estará aberta no Departamento de Educação, pelo prazo de dez dias, a partir de segunda-feira próxima, a inscrição ao exame de admissão ao Curso de Formação de Monitores. Os interessados poderão dirigir requerimentos, devidamente selados e acompanhados dos documentos exigidos, ao diretor do Departamento de Educação.

Os candidatos aprovados na inspeção médica e nas provas mencionadas, serão admitidos á matricula que apresentarem á Secretaria do Departamento de Educação os seguintes documentos: certidão de idade, diploma de conclusão do curso normal ou certificado do curso secundário, atestado de vacinação antivariólica e atestado de bons antecedentes.

Estão dispensados da apresentação de diploma ou certificado os professores da categoria concursados. Estão dispensados da apresentação do atestado de antecedentes os professores públicos que se acharem no efetivo exercício de suas respectivas funções.

Os candidatos devem juntar a seus respectivos requerimentos tres fotografias de três por quatro.

Aos portadores de certificados de aprovação nos exames finais do Curso de Formação de Monitôres ficará assegurada a preferência nas propostas de admissão, por parte do Departamento de Educação de professores de educação física para os cursos primários do Estado.

Os professores do interior do Estado que desejarem fazer o Curso de Monitôres de Educação Física deverão dirigir seus requerimentos ao Diretor do Departamento de Educação, a partir de segunda-feira próxima. Devem aguardar nas localidades onde residirem o deferimento ou indeferimento de suas petições.

O Departamento de Educação convocará para esta capital os professôres do interior que tiverem seus requerimentos de inscrição deferidos. (A UNIÃO, 19.07.1942, p. 7).

Com essas instruções, ficaram então estabelecidas quais seriam as normas para que os professores, e em especial, as professoras, pois os professores que poderia ser vedada a sua inscrição, ou seja, candidatar-se eram somente aqueles já concursados. Nesse sentido, o referido curso foi destinado, prioritariamente, às mulheres, ou melhor as professoras que já trabalhavam ou iriam trabalhar no ensino primário com as crianças. As aulas práticas de educação física, portanto, se destinava a melhorar o padrão físico, a posturas e a saúde desde a infância. Para os meninos, a ideia era que desde cedo se preparasse para o serviço militar¹³ e para as meninas, formar a conduta materna, porém saudável. Silva e Pinheiro (2012, p. 7) nos informam sobre o local que o Curso de Monitores foi instalado e como o mesmo estava constituído.

¹³ É interessante ressaltar que em 2 de setembro de 1942 foi publicado o Decreto –Lei nº 4642 que dava as bases da organização da instrução pré-militar. No artigo 1º ficou estabelecido que “A instrução pré-militar é obrigatória para os alunos do sexo masculino, de idades entre doze e dezesseis anos, matriculados em qualquer curso do primeiro ciclo do ensino de grau secundário.” (BRASIL, 1942, p. 31).

O Curso de Emergência de Monitores de Educação Física, foi instalado na Academia de Comércio Eptácio Pessoa, em agosto de 1942, e era constituído por várias matérias distribuídas nas seguintes sete cadeiras:

1ª cadeira: Anatomia, Fisiologia e Ginesiologia;

2ª cadeira: Biometria e Estatística;

3ª cadeira: Higiêne, Noções de Fisioterapia e Socôrrs de Urgência;

4ª cadeira: Pedagogia e História da Educação Física;

5ª cadeira: Educação Física Geral;

6ª cadeira: Saltos, Corridas, Arremesso, Remo e Natação;

7ª cadeira: Basquete, Volei e Futebol

A partir da distribuição das cadeiras, podemos perceber que o Curso foi estruturado em pelo menos três grandes blocos: o primeiro (1ª a 3ª cadeiras) destinou-se aos aspectos mais biológicos e higiênicos, incluindo aí os primeiros socorros, caso algum aluno sofresse algum tipo de lesão ou machucado durante o desenvolvimento das atividades físicas e/ou esportivas. Um segundo bloco (4ª e 5ª cadeiras) destinado aos aspectos mais pedagógicos, com destaque para a história da educação física. E finalmente, um terceiro bloco (6ª e 7ª cadeiras), destinadas às atividades físicas e esportivas propriamente ditas. (A UNIÃO, 12.08.1942, p.5 *apud* SILVA, PINHEIRO, 2012, p. 7).

Dessa forma, podemos concluir que a implementação do Curso de Monitôres de Educação Física na Paraíba, se configurou como uma *experiência* sócio-educacional local, mas que atendeu, também, as demandas originadas do poder federal e que tinham como centralidade político-ideológica a formação de hábitos saudáveis, patrióticos, morais e cívicos.

Silva e Pinheiro (2012, p. 8), nos apontam que tamanho foi o sucesso do curso, que “já no mês de março do ano seguinte, isto é, em 1943, foram iniciadas as aulas de educação física no Grupo Escolar Félix Daltro e em abril tiveram início às aulas no Grupo Escolar João Soares, na cidade de Caiçara (...)”. Os autores também apontam que daí por diante em vários outros grupos escolares, bem como em outras instituições escolares primárias na Paraíba, também tiveram aulas de educação física, demonstrando então, a eficácia da implementação de tal curso na Paraíba.

3.3 – O Curso de Educadoras Sanitárias: da higiene pessoal e ambiental à merenda escolar

As questões voltadas para a saúde, a higiene e a boa alimentação das crianças em fase de escolarização estiveram em pauta durante todo período estadonovista na Paraíba. Tanto é que já no ano de 1942, a higiene escolar foi amplamente pensada e articulada

para ser efetivada junto às crianças frequentadoras do ensino primárias, conforme discutimos no item referente ao Curso de Aperfeiçoamento.

Silva e Pinheiro (2011, p. 6 - 7) apresentam um panorama de como se configurou a questão da higiene escolar, nos estabelecimentos de ensino primário na Paraíba, durante o Estado Novo. Vejamos a seguir o que os autores apresentam sobre tal questão:

A higiene do corpo, dos ambientes e em especial dos estabelecimentos de ensino durante o período do Estado Novo foi algo que esteve presente em muitas discussões e 7 nas práticas educativas efetivadas no cotidiano escolar. Em 1942, foi distribuído aos professores, pelo Departamento de Educação um livro contendo informações sobre a educação higiênica que deveria ser utilizado em todo o ensino primário. A educação higiênica deveria ser ensinada nas escolas de ensino primário, assim como a língua pátria.

A proposta se apresentava para que as crianças ao invés de apenas ouvir falar em hábitos higiênicos, passassem a conviver e adquirir os novos hábitos na prática cotidiana. Nas escolas estes procedimentos deveriam estar em todos os lugares e praticados por todos os professores além do próprio ambiente escolar que deveria ser bem limpo e higiênico. O discurso higienista era propagado não somente no ambiente escolar, mas pela imprensa, visando atingir um público bem maior que aquele que freqüentava a escola.

Mediante o exposto acima, podemos perceber que houve a preocupação em difundir nas crianças, desde cedo, uma espécie de “consciência higiênica”. Um aspecto importante atrelado a higiene escolar, refere-se ao uso obrigatório do fardamento escolar. Sobre essa questão Silva e Pinheiro (2011, p. 8 - 9), ressaltam que o

movimento de higienização e disciplinamento dos alunos refere-se à adoção e obrigatoriedade do uso de fardamentos escolares. Essa exigência já vinha sendo colocada em prática, todavia, em 1942, foi publicada uma nova regulamentação (Decreto nº 264, de 4 agosto), determinando de como deveriam ser os fardamentos escolares, a partir de 1º de janeiro de 1943.

O fardamento masculino deveria ser da seguinte maneira: Blusão branco de mangas compridas, gola branca, tipo marinheiro, gravata azul-marinho, com listas horizontais brancas correspondentes ao ano escolar que o aluno estivesse freqüentando. Calças curtas, azul-marinho e sapatos pretos com meias escuras. Nos blusões dos alunos, no lado esquerdo, á altura do peito, deveria ter um bolsinho, e, por fora deste, as iniciais do Grupo Escolar a que os mesmos pertencessem.

Já o fardamento feminino consistia também em um blusão branco, de mangas compridas, gola branca, tipo marinheiro, gravata azul-marinho, com listras horizontais brancas correspondentes ao ano escolar que o aluno estivesse freqüentando. Saia azul marinho, de feito simples, gravata idêntica as do fardamento masculino, sapatos pretos e

meias escuras. Nos blusões das alunas, no lado esquerdo, á altura do peito, deveria ter um bolsinho, e, por fora deste, as iniciais do grupo escolar a que os mesmos pertencessem.

Os autores acima mencionados, também, nos apresentam a elaboração de algumas metas sobre a higiene escolar que Diretor do Departamento de Saúde, o senhor Janduhy Carneiro, organizou para sua administração, conjuntamente com o Diretor do Departamento de Educação, à época, o senhor Pedro Calheiros Bonfim. A ideia foi de aliar educação escolar e assistência médica sanitária, destinadas, especialmente, aos grupos escolares paraibanos. Vejamos a seguir quais foram essas metas:

Janduhy Carneiro, elaborou para a sua administração, algumas metas, tais como: registro sanitário de todos os alunos dos cursos primário do município da capital, com o levantamento da ficha individual de cada estudante. Coube, portanto à Inspetoria de Higiene Pública, inicialmente, identificar as problemáticas de saúde das crianças visando o controle de sua propagação, bem como de realizar um trabalho de profilaxia. Todavia, a Inspetoria da Higiene Pública se propôs ir além das questões de controle das doenças nas instituições escolares, mas também a de desenvolver atividades de divulgação de ensinamentos relativos aos preceitos de higiene escolar, tais como: higiene da leitura, da escrita, formação de hábitos sadios, do comportamento higiênico entre outras questões. (SILVA E PINHEIRO, 2011, p. 8)



Figura 10 - Início dos serviços de higiene escolar na Escola de Aplicação, localizada na cidade João Pessoa, que estabelecem o registro sanitário de todos os alunos do ensino primários da capital.

Fonte: Jornal A UNIÃO (26.04.1942, p. 4).

Portanto, mediante esse quadro de implementações a colaboração do Departamento de Educação e do Departamento de Saúde foram de fundamental importância, haja vista que além das questões mais voltadas para a saúde em si, as questões alimentares, ou seja, relativos à merenda escolar passaram, também, a fazer parte da pauta relacionada com a saúde dos escolares. Segundo Silva e Pinheiro (2011, p. 8), foi a partir de 1942 que na verdade começou “a se propagar de forma mais constante de que a alimentação das crianças era um aspecto fundamental para a melhoria do seu desempenho.”

Segundo notícia publicada no *Jornal A União*, 15.000 crianças foram contempladas com a merenda escolar com o apoio da *Legião Brasileira de Assistência* na Paraíba. A “hora da sopa”, como ficou conhecido, foi então implementada, inicialmente, no Grupo Escolar Antonio Pessoa, localizado no Bairro do Tambiá, na capital. Porém, logo em seguida todos os alunos dos grupos e das escolas primárias do Estado da Paraíba foram contemplados, em virtude da iniciativa da senhora Alice Carneiro, esposa do Interventor Ruy Carneiro. Vejamos a seguir um trecho da notícia a qual nos referimos acima.

Nas condições atuais de vida da população, com a carência de todos os gêneros essenciais ao seu abastecimento, qualquer medida que vise atenuar a situação alimentar dos escolares se reveste da maior oportunidade e significação. Há muito que nos meios competentes, se procurava objetivar uma solução definitiva para o caso, o que, felizmente, podemos agora constatar, graças à iniciativa da Legião Brasileira de Assistência, representada, nesse Estado, na pessoa, de sua digna presidente, a senhora Alice Carneiro.

OUTRO AMBIENTE

Modifica-se assim este ano o ambiente de nossos grupos escolares com a introdução de nova merenda, realmente muito mais substancial que as golozeimas e doces.

Outro fato digno de nota é o aumento da frequência escolar em consequência da merenda fornecida pela L.B.A. e que está sendo distribuída segundo as possibilidades de cada região, obedecendo a rigoroso critério científico (...). (A UNIÃO, 15.04.1944, p. 3).

É interessante ressaltarmos que a distribuição de merenda escolar começou desde os anos de 1930, a partir das pequenas rendas que se obtinha com as caixas escolares ou a partir de alguma ação filantrópica. Portanto, não havia uma regulamentação estatal ou muito rigorosa sobre essa atividade nos ambientes escolares. Nos parece, assim, que ela se tornou parte das políticas destinadas à educação a partir do Estado Novo, com uma importante ressalva de que a qualidade alimentar, ou seja, “substancial”, passou a ser

um critério relevante em relação ao que se deveria oferecer as crianças nas escolas, evitando-se, nesse sentido as “golozeimas (sic) e doces”. É possível que um maior entendimento de que estando elas (as crianças) melhor alimentadas levaria, conseqüentemente, a terem melhor rendimento escolar, ou seja, o aumento do nível de aprendizado, parece ter se ampliado a partir de uma maior aproximação entre os professores, os médicos, bem como com os sanitaristas, apoiados tanto pelo poder público, quanto pelos trabalhos assistencialista, conforme podemos constatar a partir da notícia e fotografias abaixo reproduzidas:

OPORTUNIDADE

A sua oportunidade, ultimamente, fazia-se sentir ainda mais, devido às condições da maioria de nossos escolares, economicamente modestas, não lhes permitindo uma satisfatória alimentação durante o período de aulas para a manutenção de sua integridade física e mental.

Tornava-se difícil obter um perfeito rendimento de crianças assim sub-alimentadas.

A A.L.B.A. , porém resolveu dispender nesta campanha, mensalmente, 73 mil cruzeiros, tendo o Departamento de Educação comprovado além de outras vantagens que a distribuição da merenda proporciona, um sensível e animador aumento da frequência em todas as escolas primárias da Paraíba.

Representa, pois, essa campanha louvável e necessária, iniciada pela sra. Alice Carneiro, o mais eficiente dos movimentos de tal natureza já realizados entre nós, no terreno da higiene escolar, para melhoria do índice de nutrição da infância que estuda. (A UNIÃO, 15.04.1944, p. 3).



Figura 11 – Nas duas primeira imagem, flagrantes da hora da sopa no Grupo Escolar Antonio Pessoa e em baixo, um aspecto da cozinha, obedecendo ao mais rigoroso critério higiênico.

Fonte: A UNIÃO (15.04.1944, p. 3).

Temos, também, informações que a adoção da merenda escolar nos grupos escolares se estendeu para aqueles localizados nas cidades do interior do Estado, visando desenvolver melhores condições físicas e nutricionais da infância escolar, bem como auxiliar nos hábitos higiênicos e saudáveis de alimentação das crianças. Um exemplo que temos notícia refere-se ao município de Esperança, acerca de possíveis recursos que foram liberados para a construção de uma cozinha no Grupo Escolar Irineu

Joffily a fim de fornecer merenda escolar á todos os escolares pobres do referido grupo. Sobre tal construção vejamos um trecho da notícia publicada pelo *Jornal A União*:

UMA COSINHA PARA FORNECER MERENDA AOS ESCOLARES POBRES – A. A.L.B.A. por intermédio do C.M., desta Cidade, constituirá dentro de poucos dias, uma cosinha para fornecer merenda aos escolares pobres desse Educandário, a fim de que as crianças tenham uma merenda mais eficiente. O Diretor do Grupo informou que o Clube Agrícola fornecerá verduras para a sôpa escolar. (A UNIÃO, 13.06.1944, p. 6).

Observando tal empreitada podemos constatar que a merenda escolar, acabou por assumir um sentido social mais amplo, uma vez que várias notícias que foram veiculadas na imprensa local terminaram por enfatizar a necessidade de se dar amparo as crianças mais pobres, levando, por conseguinte, a exaltação dos esforços empreendidos pelos diretores dos grupos escolares. (A UNIÃO, 17.06.1944, p. 3).

As questões sobre a higiene escolar, a alimentação e os hábitos saudáveis estiveram em pauta. Todavia, foi em 1944, que o Departamento de Saúde, resolveu ofertar um curso intensivo para a formação de educadoras sanitárias, curso este, que era destinado às moças que tivessem o diploma do curso normal, ginásial fundamental ou comercial. Para tanto, o referido Departamento publicou uma espécie de edital convidando todas aquelas que se encaixassem no perfil requerido. Acompanhemos:

Necessita o Departamento de Saúde melhorar e aumentar o seu corpo de educadoras sanitárias, [...] para isso, vai iniciar um curso intensivo de seis meses, a ser lecionado por médicos e enfermeiras do Departamento. Tratando-se de assunto mais acessível a pessoas de nível mental elevado e já disciplinado, prefere a Saúde Pública aceitar apenas, para o curso, moças que tenham o diploma do curso normal, ginásial fundamental ou comercial.

A essas candidatas não é exigido exame de admissão. As matrículas do curso estão abertas a partir de hoje e se encerrarão no próximo dia 15 de Maio. As interessadas exibirão no ato da inscrição os seguintes documentos:

- A) Certificado de qualquer dos cursos acima mencionados;
- B) Certidão de idade entre 18 a 30 anos;
- C) Atestado de conduta;
- D) Atestado de sanidade e capacidade física para o exercício do cargo [...]. (A UNIÃO, 07.05.1944, P. 4).

A partir de tais informes mais gerais, o Departamento de Saúde visava formar educadoras sanitárias, que pudessem trabalhar nos postos de saúde ou que trabalhassem com outros profissionais nas instituições escolares. Fazendo, portanto, parte não

somente de educação sanitária, mas, sobretudo auxiliando no processo de higienização e civilização da escolar e da sociedade paraibana como um todo.

No dia 5 de junho de 1944, teve então início o curso de educadoras sanitárias, noticiado no dia anterior no *Jornal A União*:

Terá início, amanhã, as 10,30, na séde da Sociedade de Medicina e Cirurgia, o curso de educadoras sanitárias [...] As diversas disciplinas sobre que versará a matéria do curso em apreço, serão lecionadas pelo drs. Ariosvaldo Espínola, Higiene Geral; Oscar de Castro, Higiene Escolar e Pré- Escolar; Neuza Andrade, Higiene Pré-Natal; Seixas Maia, Anatomia e Fisiologia; Lourival Moura, Patologia Geral; João Soares, Higiene Infantil; Manuel Florentino, Parasitologia e Bacterologia; Higinio Brito, Oftalmologia, e José Wandregiselo, Oto-rino-laringologia.

As aulas serão teóricas e práticas. A parte técnica de enfermagem de saúde ficará a cargo da enfermeira Rosa de Paula, e a dietética infantil será orientado pela enfermeira Doralice Pinheiro.

Inscreveram-se nesse curso professoras diplomadas portadoras de certificado de curso fundamental, de todos os pontos do Estado.

Abrirá o curso o dr. Janduhy Carneiro, diretor do Departamento de Saúde, com uma exposição sobre as finalidades do mesmo e as vantagens da educação sanitária em saúde pública. (A UNIÃO, 04.06.1944, p. 3).

O curso teve duração de seis meses, ou seja, terminou no final do ano de 1944 e um fato bastante interessante a ser destacado é que dentre as 30 candidatas escolhidas para frequentarem o curso de educadoras sanitárias, entre professoras diplomadas e portadoras de certificados de curso fundamental, 6 dessas candidatas, foram especialmente designadas pelo Departamento de Educação, para acompanharem a exposição das diversas disciplinas do curso. Possivelmente essas se tornariam supervisoras gerais do trabalhos que fossem realizado nas escolas e, especialmente, nos grupos escolares.

Desejamos, concluir este capítulo com uma imagem que foi publicada no *Jornal A União*, na qual podemos observar as professoras-alunas do Curso de Educadoras Sanitárias, após a aula inaugural.



Figura 12 - Alunas do Curso de Educadoras Sanitárias, após a aula inaugural, ladeando o Dr. Janduhy Carneiro, diretor do Departamento de Saúde. No primeiro plano do lado direito vêm-se, ainda, os médicos que constituíram o corpo docente do Curso.
Fonte: A UNIÃO (06.06.1944, p. 3.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perpassar por toda a caminhada ao longo deste trabalho, podemos perceber que tanto os aspectos políticos e institucionais quanto aqueles mais direcionados à questões educacionais e escolares foram embasados por princípios filosóficos amplamente difundidos localmente e nacionalmente. Princípios esses marcados pelo nacionalismo, pelo patriotismo, pela moralidade e pelo civismo exacerbado.

Vimos também que a educação nacional e local esteve envolvida em diversas ações que visaram fortalecer o “sentimento patriótico” tornando-se, inclusive, um dos pilares da educação nacional primária, no período do Estado Novo.

Na Paraíba, ocorreu a implementação da “Hora Cívica”, atividade extra-classe que teve um significado extremamente importante junto a formação do alunado primário, bem como a própria prática dos professores e diretores escolares ao terem que cantar religiosamente o hino nacional, além de realizarem prelações cívicas e palestras voltadas para transmitir valores cívicos e patrióticos além dos ensinamentos higiênicos.

Podemos visualizar que na Paraíba estadonovista houve uma política inicialmente, junto ao governo do Interventor Argemiro de Figueiredo (1937-1940), de expansão das construções e melhoramentos de vários grupos escolares em várias localidades do estado. Já no governo do Interventor Ruy Carneiro (1940-1945), tais construções se fizeram em menor escala, porém, este último foi um governo que esteve mais voltado para constituir de forma mais sólida, uma formação complementar para o professorado primário que estaria, em sua grande maioria, trabalhando junto aos grupos escolares construídos e melhorados. Isso não quer dizer, que no referido governo não tenha sido realizada construções escolares, pelo contrário, em 1942, por exemplo, foi construído o grupo escolar de Cabedelo. Entretanto, o que percebemos, é que o referido governo voltou-se mais fortemente para qualificar e aperfeiçoar o professorado primário paraibano, a fim inclusive, de adequar tais profissionais aos moldes nacionais, ou seja, implementar junto a formação desses profissionais cursos que auxilhassem numa formação complementar que atendesse as demandas voltadas para um olhar mais direcionado as questões da educação física, moral, da higiene e da saúde, dentre outras.

Dessa forma, compreendemos que os cursos de aperfeiçoamento para o professorado primário da capital, o curso de emergência de monitores de educação física e o curso de educadoras sanitárias contribuíram para a formação complementar e mais específica dos professores e professoras que faziam parte do ensino primário,

atenderam aos ideais nacionalizadores, fortalecendo, ao mesmo tempo o “sentimento patriótico”, coadjuvado pelo interesse em despertar nas crianças hábitos de higiene, de civismo, de moralidade.

Percebemos também que atrelado a saúde, a alimentação dos escolares e, mais especificamente, sobre a merenda escolar, esteve presente junto às ações destinadas ao ensino primário à compreensão de que se as crianças estivessem bem alimentadas isso acarretaria um melhor rendimento escolar, uma vez que ocorreu o aumento da frequência escolar das crianças, bem como de sua possível permanência na escola.¹⁴

O que podemos então observar é que cada momento histórico, possui suas características específicas de sua época, porém, conseguimos perceber que há um prosseguimento de ações referentes à formação complementar do professorado, hoje, não mais ditos primários, mas de nível fundamental que conseguimos perceber com mais clareza nas práticas educativas atuais. Da mesma forma que nos anos referentes ao Estado Novo, havia toda uma política nacional e local voltadas para atender a um projeto de governo e a educação esteve atrelada a tal projeto, hoje, também poderíamos analisar procurando perceber as suas especificidades. Nesse sentido, o que pretendemos com o desenvolvimento deste estudo, não foi tão somente voltar ao passado por puro diletantismo, mas, sobretudo o de demonstrar que os estudos referentes à história da educação brasileira e paraibana se apresentam de fundamental importância para que possamos compreender e analisar os desdobramentos das políticas educacionais, das *mudanças* e das *permanências* existentes no panorama educacional ao longo dos anos.

Não podemos nos esquecer que existem muitos aspectos do nosso passado educacional, alguns com mais brilhos, outros mais opacos, que chegaram até os dias de hoje. Mas, o fato é que se conseguirmos atrelar à nossa formação de pedagogos e pedagogas, mais estudos sobre a nossa história educacional, poderemos, com toda certeza, compreendermos bem melhor o que somos, porque fazemos e o que e como fazemos a nossa prática como educadoras/res que recebem a formação específica de pedagogo(a). Nesse sentido, a História e a História da Educação, em específico, muito têm a nos ensinar...

¹⁴ Esse aspecto pode ser, inclusive, se observado nos dias atuais, uma que a merenda escolar ainda é um dos pontos importantíssimos para manter as crianças do ensino fundamental I. A merenda escolar possibilita a permanência na escola e o melhoramento do desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Azilde L. A administração Escolar na Era Vargas (1930-1945). In: ANDREOTTI, Azilde L. LOMBARDI, José Claudinei e MINTO, Lalo Watanabe (orgs). **História da administração escolar no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2010. p. 11.
- BANDEIRA, Maria das Graças Almeida. **O livro didático e sua herança estadonovista: 1945-1964**. João Pessoa, PB: UFPB-CME, 1996. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 1999. p. 137-166.
- BURITY, Luiz Mário Dantas e PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Escolas rurais e profissionais para a juventude campestre na Interventoria de Ruy Carneiro: Paraíba (1940-1945). In: **Anais Eletrônicos do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. História da Educação Brasileira: experiências e peculiaridades. João Pessoa, PB: Universitária – UFPB, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.16.pdf.
- CARNEIRO LEÃO, Antonio. **A Educação para o Após Guerra**. Rio de Janeiro. Jornal do Commercio- Rodrigues & Companhia, 1944.
- COLAÇO, Arlindo. **Ensino Atualizado**. Rio de Janeiro: Gráfica Mundo Espírita, 1944.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. Tradução de Cid Kniple Moreira, São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 1994.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **Os italianos na Paraíba- da capital ao interior**. João Pessoa, PB: A União, 2006.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira, ARAÚJO, Henny Nayane Tavares de e SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. Os grupos escolares e as escolas rurais paraibanas: palco da moral, do civismo e do nacionalismo durante o Estado Novo (1937-1945). In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil**. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. p. 4.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. Nacionalização do ensino e alfabetização na Paraíba durante o Estado Novo (1937-1945). In: **X Congresso de História da Educação do Ceará**. Discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa – Juazeiro do Norte, CE: Memorial Padre Cícero, Colégio Salesiano, SESC. 2011. p.8.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira, SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. A qualificação de professores para o ensino primário e o plano de carreira na Paraíba estadonovista. In: **IV Encontro Norte/Nordeste de História da Educação**. História da Educação: Imprensa, Impressos e Práticas Educativas. Aracajú, SE: Universidade Tiradentes (Campus Farolândia), 2012. p.4-5.

PONZI, Alfio, **Presença italiana na Paraíba**. Rio de Janeiro, RJ: Achiamé, 1988.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação conformada: a política de educação no Brasil 1930-1945**. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo**, um auto-retrato. Brasília, DF: CPDOC/FGC, Ed. Universidade de Brasília, 1983.

SILVA, Alvimar. **A Filosofia do Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: 1939.

SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo, PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Os grupos escolares e a proposta estadonovista de ensino: um ensino patriótico, cívico e moral desde a infância. In: **III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2011. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/10/11.pdf>.

SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo, PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Educação física e o teatro infantil na Paraíba: corpo e a mente para a pátria cívica (1937-1945). In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. História da Educação Brasileira: experiências e peculiaridades. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba. 2012. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../3.11.pdf

SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo e PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o estado novo (1937-1945). In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**. Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/IMPLEMENTACAO%20E%20EXPANSAO%20DE%20INSTITUICOES%20AUXILIARES.pdf>.

SILVA, Enoque Bernardo da. **História do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das memórias de suas professoras (1956-1971)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2011b (Dissertação de Mestrado em Educação).

SILVA, Vânia Cristina da. *Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)*. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2011c. (Dissertação de Mestrado em História).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP: UNESP, 1998.

THOMPSON, Edward. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi e Sergio Silva. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

FONTES:

BRASIL, Serviço Escolar da Editora do. **A organização do ensino secundário no Brasil (legislação- programas – metodologia)**. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 1943. (serie de divulgação, folheto nº 1).

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 02.04.1937.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 08.01.1938.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 25.01.1938

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 15.02.1938.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 05.04.1938.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 25.01.1939.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 28.01.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 14.03.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 08.04.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 09.04.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 11.04.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 14.04.1938.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 25.04.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 26.04.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 15.07.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 16.07.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 19.07.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 12.08.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 16.08.1942.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 15.04.1944.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 07.05.1944.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 04.06.1944.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 06.06.1944.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 13.06.1944.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 17.06.1944.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, João Pessoa de 11.11.1944.

S586a Silva, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo.

Aperfeiçoamento e qualificação do professorado primário (1937-1945): os cursos de formações complementares / Evelyanne Nathaly Cavalcanti de A. Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.
57f. ; il.

Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Ensino primário. 2. Qualificação de professores. 3. Estado Novo. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051 (043.2)